**O PROJETO VIDA NA ROÇA - DOIS VIZINHOS - PR:
resignificando conceitos e práticas, contextos e sujeitos**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Solange Von Onçay

Parecerista:
Prof. Valdir Duarte

Agradecimento

Ao meu pai Miguel, à minha mãe Geni e ao meu irmão Michel, pelo orgulho que sei que sentem de mim.

À Sandra, minha colega, que não me deixou desistir, e durante toda a caminhada cuidou de mim como a uma filha querida.

À Dalva, mulher sábia, que conquistou a minha admiração e respeito.

À Solange, minha orientadora, pela dedicação e paciência.

Obrigada.

“O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação.” (FREIRE, 1987, p. 86)

RESUMO

O Projeto de Vida na Roça (PVR) se define como uma nova proposta de desenvolvimento local, uma proposta que atua no sentido da cooperação, da organização coletiva, da luta por espaço, pela garantia de direitos e pela construção e afirmação de políticas públicas. As várias dimensões da vida são compreendidas neste projeto como parte de um todo, interligadas a ponto de uma não ser mais importante do que a outra na hora de priorizar o desenvolvimento. Ou seja, ao debater desenvolvimento, a dimensão do econômico não é mais importante que a da educação, saúde ou lazer, mas todas devem ser pensadas e priorizadas para que o desenvolvimento seja do sujeito e não do capital. Embora devamos considerar que romper com esta proposta de desenvolvimento, que ao longo dos anos vem sendo desenvolvida, estimulada, e praticada pelo modelo capitalista não seja uma tarefa fácil, pois desconstruir e reconstruir o já elaborado exige muita reflexão, conscientização e, acima de tudo coragem, para que não se fique no ativismo e na "discursara", na utopia e sim se torne prática.

Ao contemplar a dimensão da educação os camponeses, bem como as entidades parceiras do Projeto Vida na Roça, se compreendeu que a educação da maneira como estava não contribuía para elevar os princípios do projeto. Por sua vez, algumas pessoas vinculadas às entidades já apresentavam alguma clareza sobre a proposta da Educação Pública do Campo e articularam junto a Secretaria de Educação do Município de Dois Vizinhos uma nova proposta de Educação para as escolas do campo. Assim, no PVR, a escola pública do campo tem condições de constituir-se como um espaço aberto, participativo, envolvendo e integrando a comunidade, articulando-se às experiências que emergem das entidades e organizações populares. Este instrumento a mais reflete e problematiza o contexto do campo, e ao sistematizar esse processo, apropria-se do mesmo e produz o conhecimento a partir deste movimento dialético, articulando a prática social ao currículo da escola.

Por isso, é que dizemos que a Educação do Campo é do, e não apenas para os sujeitos do campo, construída com os próprios sujeitos, trabalhando para que estes se organizem e lutem por igualdade de direitos tanto para a cidade quando para o campo, elevando assim a capacidade de participação dos sujeitos em todos os momentos e espaços.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	06
	CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO: A CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO	10
1.1	A INVENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	10
1.2	OS IMPACTOS DESTES MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A CHAMADA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	12
1.3	AS CONSEQUÊNCIAS DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA NO CONTEXTO LOCAL.....	15
	CAPÍTULO II – PROJETO VIDA NA ROÇA: UM NOVO JEITO DE CONCEBER E GERIR DESENVOLVIMENTO	20
2.1	HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DO PROJETO VIDA NA ROÇA.....	20
2.2	DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS SUJEITOS LOCAIS.....	26
2.3	PROJETO VIDA NA ROÇA: O EXERCÍCIO DA CIDADANIA SAINDO DA ABSTRAÇÃO.....	32
	CAPÍTULO III – PROJETO VIDA NA ROÇA: UM TERRENO FÉRTIL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO	41
3.1	TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A DIMENSÃO DE EDUCAÇÃO DENTRO DO PVR: UM BREVE RESGATE.....	41
3.2	PVR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES: AÇÕES QUE CONVERGEM PARA O FORTALECIMENTO/CONCRETIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO CAMPO.....	46
3.3	REFLEXÕES ACERCA DO TRABALHO DESENVOLVIDO COM O TEMA.....	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

A história dos movimentos sociais do campo no Sudoeste do Paraná está ligada ao processo de ocupação das terras da região. Os primeiros a ocuparem estas terras não tinham a posse legal delas; cada um, ao chegar, delimitava um pedaço de terra e ali firmava morada. Mesmo nos casos onde a terra era vendida ou trocada, tudo ficava apenas na palavra, ou seja, as terras não tinham escritura com demarcação legal. Aconteceu que o governo do Paraná concedeu o documento de posse das terras a algumas companhias de terras como, por exemplo, a CITLA e a Araucária. Com o documento de posse nas mãos, as companhias iam até os colonos para vender ou, então, para expulsar das terras os camponeses que não quisessem pagar pelo título. Neste momento, os colonos começaram a se organizar e a lutar contra as companhias, não apenas para permanecerem na terra, mas para legitimarem-se como donos¹.

Após muita luta, os posseiros, camponeses da região conseguiram expulsar as companhias colonizadoras. Tornaram-se vitoriosos, impuseram sua vontade, conquistaram o direito à permanência na terra.

Terminada a luta pela posse da terra, teve início a modernização da agricultura ou a chamada “revolução verde”. Nesta concepção, era passada uma ideologia de que quem não utilizasse insumos químicos, adquirisse maquinários agrícolas era atrasado. O crédito era facilmente liberado e os agricultores, adquiriam as novas tecnologias, sem nenhuma possibilidade de reflexão, sobre o que poderiam conter estas mudanças.

Como a modernização, visava-se principalmente o crescimento da agroindústria, a produção agrícola deveria ser em larga escala. A entrada do

---

¹ Em 1957 foi travada uma das mais importantes lutas por terra já ocorridas na história do país. A CITLA entra no Sudoeste do Paraná, acarretando uma série de problemas aos posseiros pioneiros e demais moradores da região. Provocaram no Sudoeste muitas mortes e torturas nas famílias de caboclos colonos e posseiros, que passaram a defender suas terras com unhas e dentes. Esta situação levou os posseiros a revoltarem-se com as injustiças instaladas na região. E no primeiro semestre de 1957, os camponeses armaram-se e enfrentaram as companhias exigindo seus direitos. (CAMBOTA, 2007, P.17)

capital estrangeiro era investido principalmente na cidade e usufruído por poucos detentores do capital, trazendo como conseqüência um índice elevado da pobreza no campo. Isso, tanto em nível de país, quanto no âmbito regional.

Com isso tudo, atualmente no Sudoeste do Paraná, existe uma contradição muito grande na agricultura, pois os camponeses já não são mais aqueles que em 1957 se organizaram e lutaram para permanecer na terra, trabalhar nela e ali criar seus filhos. O desejo que se tem agora é de abandonar a terra, de colocar os filhos na escola para que aprendam uma outra profissão e possam então arrumar um emprego na cidade.

O campo se viu imerso em uma nova proposta de desenvolvimento, que já percebemos, não ter dado conta das várias dimensões da vida. Uma proposta que marginalizou o pequeno agricultor, a ponto de que ele fosse obrigado a buscar outras saídas que não mais a agricultura. Daí, então, o êxodo rural, a monocultura, a falta de alimentos, a diminuição da qualidade de vida, a perda de valores, e a aderência a uma nova cultura, a qual camufla a cultura camponesa, pode-se dizer que, em muitos casos, até nega a existência desta cultura específica.

Práticas como o clientelismo e o apadrinhamento passaram a ser formas de garantir a sobrevivência no campo. Em nome de um desenvolvimento capitalista, arriscando a dizer ainda, exclusivamente econômico, o campo passou a ser visto como um espaço atrasado, o qual deveria ser superado. Esta visão também se reforçou na escola, a qual repassava aos camponeses um ensino técnico, descontinuado, com a preocupação exclusiva de preparar mão-de-obra para a indústria, setor que, nesta visão, propiciaria o desenvolvimento. Analisando e refletindo essa questão, as entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná, a ASSESOAR, e algumas lideranças começaram a articular um projeto de desenvolvimento que desse conta das várias dimensões da vida humana, dentre elas, a sustentabilidade, a educação, a cultura, o lazer, a saúde, o esporte; ou seja, um projeto que articulasse Políticas Públicas a partir das necessidades dos camponeses.

Foi então que, na contramão desse modelo tradicional de desenvolvimento propagado pelo capitalismo, em 1996, o Projeto Vida na Roça (PVR) foi

implantado em algumas comunidades de Francisco Beltrão e, mais tarde, em 2002, nas comunidades de São Francisco do Bandeira, Piracema São José e São Miguel do Canoas, no município de Dois Vizinhos.

O PVR se firma como uma proposta de desenvolvimento local, pensada para e com e a partir dos sujeitos camponeses. Neste sentido, é oportuno pesquisar como se dá este novo jeito de conceber e gerir desenvolvimento a partir dos sujeitos locais e em que medida permite o fortalecimento da educação pública do campo.

No entanto, para ser compreendida a forma como o Projeto Vida na Roça concebe educação, demanda-se primeiramente um olhar sobre o conceito de desenvolvimento/desenvolvimentismo, e se questiona: este modelo de desenvolvimento serve para que campo? Foi pensado para fortalecer o sujeito camponês? Visa à formação da autonomia, da cidadania, bem como da soberania popular? E a educação, o que tem a ver com isso? Qual a concepção/método daria conta de se colocar como instrumento a mais num processo de desenvolvimento concebido e gerado a partir dos sujeitos locais?

Neste sentido, é preciso também explicitar o contexto das práticas da educação pública no modelo capitalista, percebendo as contradições e em que se diferencia da forma como o Projeto Vida na Roça concebe e articula a dimensão de educação permitindo o fortalecimento da educação pública do campo.

Este trabalho será alicerçado no desejo de compreender as mudanças ocorridas na comunidade escolar desde a implantação do PVR em 2002, no sentido de romper com práticas clientelistas e desenvolvimentistas e contribuir para a construção de um novo sujeito. Para dar conta desta pesquisa, o trabalho será dividido em 3 capítulos, todos eles divididos em 3 subitens, os quais farei um breve esboço:

Capítulo I: desenvolvimento, “A contramão do desenvolvimentismo”, busca voltar um olhar sobre as práticas desenvolvimentistas aplicadas pelo modelo capitalista desde o discurso do presidente Truman em 1949 até os dias atuais, detendo-se, ora num contexto a nível mundial, ora no contexto local.

Capítulo 2: intitulado “Projeto Vida na Roça: um novo Jeito de conceber e gerir desenvolvimento a partir dos sujeitos locais”, destaca o histórico e fundamentos do PVR, sua organicidade, bem como ações, assembléias, formação para os sujeitos envolvidos e a concepção de desenvolvimento que o Projeto apresenta. Ainda, explicita como se dá a prática do desenvolvimento a partir dos sujeitos locais e que ações educativas o projeto apresenta no sentido de despertar o sujeito para o exercício da cidadania.

Capítulo III: “Projeto Vida na Roça: um terreno fértil para educação do campo”, analisa a influência do PVR, no fortalecimento da Educação Pública do Campo. Para isso, fará um pequeno resgate da trajetória da Educação do Campo, fazendo sempre ponte com a dimensão da educação dentro do PVR. Dois momentos vividos pela educação do Campo do Município de Dois Vizinhos ganharão ênfase, sendo: a formação continuada de professores do campo e o trabalho desenvolvido com o Tema Gerador na perspectiva freireana.

Por fim, será de análise qualitativa, pois tem como foco o sujeito, dentro de um contexto, e o significado que o sujeito atribui às suas ações. Procura, ainda, entender as relações sociais e como estas acontecem, empiricamente, por descrever e analisar uma prática em processo, visto que o PVR, bem como a Educação Pública do Campo não se firmaram ainda como Política Pública.

I CAPÍTULO

DESENVOLVIMENTISMO: A CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO

1.1. A INVENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Após a conclusão da II Guerra Mundial, os planos para o desenvolvimento baseavam-se na industrialização, sendo que todas as políticas voltavam-se para desenvolvimento industrial. Em geral, todos os países preocuparam-se em fazer o desenvolvimento “a moda do capitalismo.”

Segundo estudos avançados de um conjunto de autores, dentre eles ESCOBAR², os quais teorizam como ideologicamente se criou a invenção do terceiro mundo. Neste estudo, explicitam que a origem do desenvolvimento se dá a partir do discurso de posse do presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1949, onde Harry Truman anuncia ao mundo um conceito de desenvolvimento que iria resolver todos os problemas de fome e tristeza da humanidade. A doutrina do presidente dos Estados Unidos iniciou uma nova era de manejo dos assuntos mundiais, em especial aos países de terceiro mundo.

Em seu anúncio, o presidente fala de como o desenvolvimento deveria chegar aos povos dos países tidos como pobres, “desprovidos de tecnologias, a margem do desenvolvimento”. Para Truman o progresso só é possível com o aumento da produção, com a obtenção de tecnologias avançadas, ou seja, aquelas que o capitalismo central dispunha e que tão generosamente, agora estava colocando a disposição dos países marginalizados.

É passada uma idéia de que é possível a todos os países chegar aonde os países ricos (em especial os EUA) chegaram, os quais ainda possuem o papel de

---

2 Colombiano, autor da obra “La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo”, Escobar é um dos primeiros estudiosos que se perguntou sobre o sentido do conceito de desenvolvimento. Junto a outros autores, como Sanches, Ulich, Arturo Escobar aproveitaram os marcos da filosofia de Foucault e Habermas para desocultar o mito do conceito e revelar os prejuízos do desenvolvimento, uma invenção dos Estados Unidos e Europa, o qual durante quatro décadas, veio produzindo, o que o autor chamou, de “fracasso do terceiro mundo”.

cuidar os países pobres, encaminhá-los, orientá-los até que cheguem ao seu nível de desenvolvimento.

Em 1949, cria-se o Banco Internacional de Fomento, que mais tarde transformou-se em Banco Mundial, o qual visita a Colômbia com uma missão, cujo documento resultante anuncia:

Se afirma a necessidade de um programa global de desenvolvimento. (...) Somente através de um ataque generalizado a toda a economia que perpassa a educação, a saúde, a habitação, a alimentação e a produtividade é que se pode romper decisivamente o círculo vicioso da pobreza da ignorância, da enfermidade e da baixa produtividade. (...) Ao fazer um esforço tal, a Colômbia não só conseguia sua própria salvação senão que, ao mesmo tempo daria um exemplo inspirador a todas as demais áreas subdesenvolvidas. (International Bank, 1950, p. 58)

No documento podem-se identificar pelo menos as seguintes intenções: 1) o desenvolvimento tido como única saída; 2) para atingir as metas de desenvolvimento o processo é complexo, no entanto, aceitando a ajuda das organizações internacionais (ciência, a tecnologia, o planejamento), tudo pode ser facilitado; 3) este processo é necessário, sem maiores implicações, podendo ser aplicado em qualquer lugar do mundo; 4) o desenvolvimento desperta o ser humano, facilita a vida, tira da condição de atraso, possibilitando novas relações onde só existia a relação homem natureza.

Estas metas aparentemente tão nobres, cheias de boas intenções, para Escobar, acobertam planos de dominação e controle dos países e seus recursos. Lesotho, país da África do Sul, com uma economia indígena, sem interferências internacionais em sua produção e desenvolvimento, é um exemplo, pois atestou-se que aquele era um país pobre, por não investir em desenvolvimento seguindo as propostas do Banco Mundial. Este fato mostra como os discursos de desenvolvimento tendem a mostrar a economia de subsistência, agrícola, como atraso, entrave para o desenvolvimento. Entretanto, para os países "subdesenvolvidos", o caminho a ser percorrido é, como já disse antes, aceitar a tutoria de países ricos, tê-los como modelo de economia e bom desenvolvimento, enfim, entrar nos padrões de desenvolvimento pensado pelo Banco Mundial.

Quando os países pobres aceitam seguir as diretrizes dadas pelos países ricos, o mais importante não é o que eles atingem do proposto, e sim o que

fazem para adaptar-se ao proposto. O que ficou evidente na maioria dos lugares são a burocratização e intervenção do estado no desenvolvimento, os problemas da pobreza, da saúde, da educação passaram a serem vistos como meramente técnicos, dando soluções técnicas para esses problemas políticos. Desta forma, o Estado se fortalece não como instrumento do povo, mas como burocracia, com atuação técnica.

A vida no campo, segundo esses moldes de desenvolvimento, só não é atraso quando o objetivo é a obtenção de grandes extensões de terra, produção em larga escala, monocultura.

A relação que os países ricos mantêm com os países pobres é uma relação paternal, um pai que quer tudo do bom e do melhor para seu filho. Para isso o filho precisa seguir os passos do pai, ouvir os conselhos, depositar toda a sua confiança naquele que já tem experiência de vida e sabe como as coisas acontecem. E assim, mais tarde, o filho estará pronto para andar por suas próprias pernas, ou seja, "a relação é justa quando os pequenos depositam a confiança nos grandes."

1.2. OS IMPACTOS DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL: A CHAMADA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

O Brasil, historicamente, foi aceitando a tutoria dos países ricos, sendo que até hoje não tem conseguido se livrar da dívida externa. É desde o período colonial que o povo brasileiro trabalha para abastecer a "metrópole". Políticas que variam desde a isenção de impostos ao fornecimento de matéria prima e mão-de-obra barata foram e são concedidos a empresas multinacionais que se instalaram em nosso país para nos livrar da situação de "atraso" em que vivíamos.

No Brasil, desde o Período Colonial, era estimulada a cultura de exportação, deixando-se de lado o incentivo para produção interna. Isso ficava a cargo dos pequenos agricultores (agricultura familiar) que eram sempre desprovidos de qualquer auxílio, não recebiam orientação para o crédito, pagavam altos juros e taxas e não tinham nenhuma assistência técnica ou uma política

agrícola voltada aos seus interesses, enquanto que, para os grandes proprietários de terra, e também grandes produtores para a exportação, não faltavam políticas de incentivos. A agricultura brasileira era considerada o setor tradicional do desenvolvimento, por este motivo era necessário investir mais na propaganda de empresarialização do campo, para que então houvesse um aumento satisfatório da produção.

Após 1960, intensificaram-se as políticas de empresarialização. E a agricultura de subsistência, por sua vez, passou a ser vista como atraso, um entrave para o desenvolvimento. O pequeno agricultor se viu obrigado a entrar no modelo capitalista de produção. Passou a vender tudo o que produzia e não mais apenas o excedente, recebendo certa quantia pelo seu produto. Quantia essa muitas vezes pouco compensatória, que ficava empregada em sua grande parte no custo de produção. No entanto, o que sobrava, ele gastava depois, comprando produtos industrializados.

No contexto desta reflexão, nos cabe perguntar: o que vem a ser a Modernização Conservadora? Esse modelo agrícola, também conhecido como Revolução Verde, nos anos de 1970, deu início ao processo de modernização da agricultura brasileira, estimulado o uso intensivo de insumos, adubos químicos e as chamadas sementes melhoradas – híbridas, incentivos para crédito e produção em larga escala.

O agronegócio é o nome fantasia escolhido para designar a nova onda de modernização conservadora da latifúndio brasileiro, comandado agora por grandes empresas multinacionais, no bojo da terceira revolução industrial. Modernização porque introduz novas técnicas de cultivo – mecânicas químicas e biológicas. Conservadora porque não altera em nada, ates aprofunda a concentração da terra, as relações sociais e as relações de trabalho. O resultado concomitante é o aumento da produção, junto com o aumento da miséria, da exclusão social, do trabalho escravo e da degradação ambiental. (GORGEM, 2004, P.39)

Tendo em vista estes fatores, outros objetivo da modernização conservadora foram alcançados, como, por exemplo, a concentração de terras na mão de um único dono e o fornecimento de mão de obra barata para a indústria.

Como os pequenos agricultores não conseguiam se enquadrar nas exigências e burocracias para obtenção de crédito, também não conseguiam

adquirir os produtos necessários para a produção moderna, desse modo, o agricultor se via cada vez mais pobre, desestimulado a continuar o cultivo do campo. A saída encontrada era geralmente vender o pedaço de terra que possuía para procurar emprego na cidade. Sem referência, analfabeto na maioria das vezes, o que no malmente acontecia era engrossar as favelas e se tornar mão-de-obra barata para empresários e granjeiros.

Os camponeses, que resistem na agricultura, são ludibriados pelas grandes empresas, muitas vezes, estrangeiras. Empresas que investem alto em propaganda de mecanização de utilização de fertilizantes e adubos químicos, dizendo aos agricultores da importância da utilização desses produtos e “esquecendo de orientar” sobre os prejuízos que podem trazer para o meio ambiente (degradação do solo, poluição das águas, deterioração da fauna e da flora).

Foram feitas, na década de 1970, muitas campanhas e até criaram-se sedes em cada município, com o papel de formação de técnicos para difundir o chamado “pacotão técnico”, o kit de fertilizantes e agrotóxicos, que a primeira vista aumentava a produtividade e diminuía a mão-de-obra no campo.

O camponês, sem ter condições de fazer uma reflexão ou leitura de mundo, para não ser excluído do que era chamado de moderno, causa do progresso, aceita tudo o que diz a propaganda da “indústria do desenvolvimento”. Na medida do possível, vai deixando sua propriedade adequada a “agricultura moderna.”

Isso tudo trouxe grandes impactos para a agricultura, uma vez que os camponeses tornavam-se cada vez mais dependentes das tecnologias e já não conseguiam mais trabalhar usando suas técnicas e seus conhecimentos; precisavam de sementes selecionadas, de fertilizantes químicos, de agrotóxicos, e o solo também na medida em que o tempo passava, se tornava mais fraco e dependente. O agricultor não tinha mais tempo para cuidar da variedade, cultivar praticamente tudo que precisava para a sua sobrevivência. Ocupava toda a sua terra e seu tempo para o cultivo de um único produto, o qual seria para abastecer o mercado.

Assim produzia mais, sobrava mais determinado produto, no entanto, ficavam faltando muitos outros, dentre eles, o alimento, o qual ele precisaria comprar no mercado. O lucro obtido é ainda menor do que quando produzia de tudo e vendia apenas o excedente. O dinheiro ganho na venda é gasto no mercado e no custo de produção.

No entanto, os impactos não foram só no âmbito econômico, mas atingiram o cultural, o educacional, o social, o tecnológico e o ambiental. Para manter-se, o agricultor precisava produzir cada vez mais e ia devastando tudo, derrubando árvores, fazendo queimadas, enlramento de pedras, destocando e onde a natureza era exuberante restava apenas um solo nu, ou coberto por uma única espécie.

Com o desenvolvimento da agricultura após a revolução verde, o campo incorpora um novo modelo agrícola baseado em um pacote industrial de insumos, agrotóxicos... Estas práticas causaram e tem causado a degradação social e ambiental. E em contraposição a este modelo de desenvolvimento, busca-se o resgate da ressignificação das práticas, das culturas dos valores que camponeses e camponesas construíram no decorrer da historia. (GORGEM, 2004, p. 26)

Hoje sofremos para conscientizarmos e tentar superar o mal que este modelo de desenvolvimento trouxe para a vida social do planeta. O trabalhado é muito mais lento do que se poderia imaginar, exige organização para que novas formas de gerir e conceber desenvolvimento sejam apresentadas, na tentativa de superação do que está posto.

1.3. AS CONSEQÜÊNCIAS DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA NO CONTEXTO LOCAL

Aqui no Sudoeste do Paraná o desenvolvimentismo se deu de maneira semelhante ao processo vivido nas demais regiões do país. Após a revolta de 57, quando os colonos lutaram para conseguir a posse da terra, se deparam com o ideário da Revolução Verde, monocultura e produção em larga escala.

A Revolução Verde abriu as portas para a mecanização da agricultura ao mesmo tempo em que ficou clara a relação de subalternidade, tanto na abertura de mercado quanto na produção e obtenção de insumos, crédito e financiamentos.

Os agricultores familiares, por não disporem de capital financeiro ficavam a margem desse processo de modernização agrícola e, muitas vezes, ao tentar acompanhar o processo acabavam se enterrando em dívidas.

Aos não integrados ao mercado – a população do campo e os assalariados – era reservada uma política de compensação, um tratamento marginal implementado através de programas especiais de controle a pobreza e de ajuste e seleção do espaço para entrada massiva do capital. (DUARTE, 2003, p 18)

O pequeno camponês não conseguia se incluir nos moldes de desenvolvimento posto pelo capital. Nestes casos, entra-se com as políticas de compensação com o intuito de erradicação da pobreza, “da ignorância em que vivem os povos do campo, a margem de tudo.”

A entrada dos meios de comunicação nos mais longínquos recantos do país possibilitou e facilitou a ideologização de que na cidade as coisas são melhores, mais bonitas, mais cultas, de que na cidade o colono “aprenderia a falar direito, tiraria a craca das unhas e logo ficaria rico.”

No campo é difícil ter um projeto claro, assumido, decidido. Parece que ao sair do campo superam-se os problemas, como se na cidade não houvesse a mesma sociedade excludente, capitalista. Cidade e campo precisam repensar-se, porque hoje são controlados pelas empresas que definem os padrões de vida e de pensamento. (DUARTE e GRIGOLO, 2006, p 109)

Na cidade todos teriam trabalho, os filhos poderiam estudar, ficariam mais perto dos “recursos” (hospital, farmácia, escola, supermercados, lojas e etc.). Sendo assim, nos anos setenta, até meados dos anos oitenta, o êxodo rural foi muito grande. As cidades ficaram inchadas com uma grande massa de trabalhadores esperando por um trabalho nas indústrias e engrossando as favelas.

Tanto no campo quanto na cidade o que as pessoas queriam era fazer parte do mercado empreendedor, queriam seus produtos no mercado, queriam dinheiro para comprar o que lhes era ofertado.

O empreendedorismo tornou-se sinônimo de reconhecimento e valorização social: o que o ‘pensamento empresarial’ afirma é apresentado como verdade inquestionável. O empreendedorismo (menina dos olhos do pensamento empresarial) na verdade, é a canalização da criatividade humana para o lucro a todo o custo, tendo a competitividade como método de relacionamento interpessoal e garantia do sucesso

(acumulação, lucro). (GHEDINI e DUARTE in, PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo, 2002, p 33)

Com essa idéia de se tornar empreendedor, de ter o seu próprio negócio, de receber salário, os agricultores do Sudoeste e especialmente os daqui da cidade de Dois Vizinhos entraram nas integradoras. Digo especialmente Dois Vizinhos pelo fato da Empresa SADIA possuir sede aqui (hoje Dois Vizinhos recebe o título de Capital Nacional do frango).

É importante considerar que a entrada da empresa SADIA no município foi há vinte poucos anos, e continua sendo, até hoje, a grande responsável pelo êxodo rural.

As famílias iam para cidade trabalhar numa visão de que o campo não dava lucro, não podiam mais se sustentar, pois não conseguiam acompanhar a mecanização da agricultura. No entanto, não queriam ficar para trás, serem atrasados, viverem “atolados na merda de vaca”, (expressão muito utilizada no contexto), queriam acompanhar a modernidade, ter dinheiro no bolso, comprar roupas e calçados da moda.

Sem muita reflexão, deixavam o campo e procuravam empregos em empresas como a SADIA. Tornavam-se empregados, ganhavam salário no final do mês. Com relação a isso, podemos trazer presente o pensamento de Marx:

Ao analisar o trabalho em seu tempo, Marx chega à constatação que o trabalho livre que produzia a mercadoria, no processo de produção, “alienava-se” deixando de ser produção humana produzindo exploração, expropriação, mais valia. Fenômeno produzido pelo próprio homem, que criou a divisão social do trabalho os que produzem e não se apropriam daquilo que produzem, e de outro lado, os outros, donos dos meios de produção que acumulam por apropriarem-se do suor de quem trabalha. Temos assim uma sociedade de classe; a classe dos proletários que trabalham e são explorados e de outro lado os que vivem do trabalho dos outros trabalhar, cuja condição para não tornar explícita está relação foi produzir a alienação do trabalho. (ONÇAY, 2007, p. 07)

Ao empregar-se, o trabalhador passa a ser sugado, “matéria de exploração”, não tem controle da produção, muito menos do lucro produzido; perde sua autonomia, gasta o seu tempo em determinada atividade, determinada ocupação, alienando-se do resto do mundo.

Quando entravam para a Sadia, os trabalhadores, não avaliavam o custo de vida, o quanto pagariam de aluguel, água, luz, o quanto gastariam no

supermercado, não pensavam que ser empregado não dá estabilidade e que pendurar frango não é uma profissão, que o sujeito nunca consegue ter a noção do todo, ficando a par apenas do que acontece no seu setor.

Muitas das famílias que conseguiram se manter no campo foram também ludibriadas pelo ideal de investir em um negócio que desse lucro, retorno imediato. Sem pensar nas conseqüências que isso traria para suas vidas, passaram a implementar aviários, a fazer galpões de bicho-da-seda, galpões de fumo; conforme a demanda do mercado, os agricultores investiam em suas propriedades.

Nas conversas com alguns moradores da comunidade de São Francisco do Bandeira (Dois Vizinhos), foi perguntado: por que fizeram a opção de implementar um aviário; se tivessem outras opções se teriam entrado nas integradoras; o que isso significa para o contexto do campo econômico cultural, que mudanças tiveram em suas vidas a partir da implantação do aviário? Os depoimentos mostram como os agricultores eram iludidos na promessa de uma vida melhor:

Fizemos a opção na fé de que daria lucro. Com o aviário a família não tem liberdade, a maior parte do tempo passa no aviário. Na época, tínhamos a esperança de mudar de vida, ter uma boa renda, mas, agora, com a experiência que temos, não entraríamos na ilusão de ter aviário. E hoje mesmo querendo sair não conseguimos por causa dos investimentos feitos. Nelci Sguissardi 24/09/07

Queríamos ter uma renda maior. Nos primeiros tempos até deu lucro, mas hoje só da para manter, cada dia que passa a Sadia quer que a gente invista mais. Se alguém tivesse me aberto os olhos não teria entrado nessa. Tem horário pra tudo, a sadia quer que a gente invista mais nos frangos do que na família. Nelson Devens 24/09/2007

As integradoras são símbolo do desenvolvimentismo no Sudoeste, a ponto de uma gestão municipal gastar grande quantia de dinheiro retirado dos cofres públicos para que a cidade ficasse conhecida como "capital nacional do frango."

Perceber a força das agroindústrias integradoras na definição dos rumos do desenvolvimento municipal torna-se fundamental para quem se contrapõe ao que hoje melhor representa o pensamento empresarial para o campo do Sudoeste do Paraná. (CAMBOTA, nº. 256, julho de 2005, p 50)

É evidente a diferença com que é atendida a reivindicação de uma empresa e a de uma pessoa física; no caso das integradoras é fácil perceber como as

Entradas que dão acesso a um aviário estão sempre arrumadas, bem cascalhadas, enquanto que as de acesso a uma moradia encontram-se geralmente em péssimas condições e as que dão acesso às roças, então, são anos de choro e reivindicações.

A integração, nascida com a “modernização” da agricultura, busca então seu desenvolvimento em regiões de forte presença do que hoje chamamos de Agricultura Familiar. CAMBOTA p. 51 nº. 256 julho de 2005

Essa inserção das empresas integradoras na agricultura familiar se torna cada vez mais inviável por causa das imposições tecnológicas que estão sendo feitas aos integrados. Aos poucos os agricultores vão perdendo suas características de agricultor familiar.

A vida das famílias muda totalmente. Passam o dia envolvidas com o aviário, e não podem mais se dedicar a outros afazeres como, por exemplo, a agricultura para auto-consumo, tornando-se assim cada vez mais dependentes das empresas.

É desta forma tão violenta e desumana que o capitalismo espalha o seus planos de desenvolvimento no Sudoeste, como em qualquer outra região. Os trabalhadores são arrastados e ludibriados pelos seus próprios sonhos: é provocando o desejo do povo que o capitalismo se fortalece.

CAPÍTULO II

PROJETO VIDA NA ROÇA: UM NOVO JEITO DE CONCEBER E GERIR DESENVOLVIMENTO

2.1. HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DO PROJETO VIDA NA ROÇA

O Projeto Vida na Roça iniciou no Sudoeste do Paraná, em 1996 no município de Francisco Beltrão, é uma iniciativa de desenvolvimento local, parte da organização dos agricultores em suas comunidades. A primeira comunidade a assumir o projeto foi Jacutinga, sendo que as entidades que fizeram parceria para que este projeto ganhasse forças são aquelas que já nos anos 80 haviam acumulado um determinado conhecimento e elaborado a crítica ao modelo desenvolvimentista estabelecido, ou seja, as entidades da Agricultura Familiar, a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e a Unioeste. A partir de 1998, outras entidades firmaram parceria como, por exemplo, com o Poder Público Municipal.

Percebendo que este modelo de desenvolvimento que estava em curso não servia para promover a qualidade de vida, além de não estar ao alcance do pequeno agricultor, as entidades da Agricultura Familiar, a ASSESOAR e alguns camponeses sentiram que era necessário articular uma proposta de desenvolvimento que fosse pela contramão do desenvolvimentismo anunciado pelo capitalismo. Nasce então o Projeto Vida na Roça - PVR.

O PVR surgiu como uma tentativa de superação da lógica de desenvolvimento capitalista e ainda como possibilidade de rever o conceito imposto, compreendendo que é necessário que a sociedade civil seja vista e se veja como controladora do Estado e o Estado a seu serviço, no sentido de criação de políticas públicas.

Quando o Projeto Vida na Roça iniciou, ficou claro entre as entidades e a população que se tratava da 'aventura' de dinamizar as condições e as ações de desenvolvimento de forma que enfrentassem a descontinuidade, o paternalismo e a fragmentação historicamente determinantes no desenvolvimento do campo no sudoeste do Paraná, e que um dos objetivos centrais era a construção de referenciais teórico-metodológicos. (DUARTE. p. 80. 2003)

O Projeto Vida na Roça iniciou em Dois Vizinhos em 2003, sendo implantado em 4 comunidades deste município. O processo de implantação se deu inicialmente em uma conversa com as autoridades municipais (prefeito, secretários, vereadores e possíveis entidades parceiras); em seguida, deu-se numa rodada de escuta dos moradores das comunidades interessadas e a realização de um diagnóstico que procura explicitar a realidade das comunidades.

No dia 18 de julho de 2001, algumas entidades da Agricultura Familiar, da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, da ASSESOAR e da UNIOESTE se reuniram para conversar e levantar idéias, pois sentiam certa dificuldade em trabalhar algumas questões com os agricultores, não conseguiam a sua participação em momentos decisivos como, por exemplo, na hora de eleger prioridades no Plano Participativo do município. Os agricultores não se organizavam e na hora de ir para as comunidades o que se tinha era uma lista de pedidos individuais impossíveis de serem atendidos. Queriam propor coisas que ajudassem a população do campo a se organizar e conquistar mais autonomia.

A I Conferência Regional de Educação do Campo³ do Sudoeste do Paraná que aconteceria em Dois Vizinhos impulsionaria o desenvolvimento do trabalho. Durante a Conferência, muitas experiências foram trazidas, dentre elas a trajetória vivida em Francisco Beltrão, nas escolas de Jacutinga e Missões, onde o Projeto Vida na Roça (PVR) estava em desenvolvimento. As comunidades relataram como vinham desenvolvendo a sua prática pedagógica e ainda como o PVR trabalhava as diversas dimensões da vida.

O desafio estava lançado! As entidades da Agricultura Familiar e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos passaram a colocar em prática as primeiras ações para fortalecer o trabalho. A ASSESOAR se propôs a assessorar o PVR no município.

---

3 Data: 28 e 29 de setembro de 2001. **Local:** Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos – Saída para Boa Esperança – 4 km da Cidade de D. Vizinhos. **Promotores:** ASSESOAR, UNIOESTE, Prefeitura Municipal e Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos. A Conferência tinha por objetivos: a) Tornar visível as questões relativas à Educação do Campo e sua implicação para o Desenvolvimento Regional; b) Construir um espaço regional que abrigue e dê fluxo às questões concretas que a Educação do Campo vive na região. c) Socializar e potencializar experiências vividas no campo refletindo sobre o seu significado na construção do Projeto de Desenvolvimento.

No dia 19 de dezembro de 2001, ASSESOAR, entidades da Agricultura Familiar, Prefeitura de Dois Vizinhos e Uniãoeste reuniram-se e passaram a discutir como se dariam as primeiras atividades. De imediato decidiu-se pela realização de um planejamento. Foram realizadas visitas em todas as famílias das comunidades de Piracema, São Francisco do Bandeira, São José do Canoas e São Miguel do Canoas, para a implantação do PVR, e, posteriormente a firmação de convênios.

As entidades conveniadas são:

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – que envolveu as Secretarias de educação, Saúde, Agricultura e Viação e Obras; Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural ASSESOAR; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR; Cooperativa de Crédito – CRESOL; A Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – CLAF; o Núcleo Regional de Educação – NRE; a Casa Familiar Rural; a Uniãoeste e a Escola Agrotécnica Federal.” (PROJETO VIDA NA ROÇA, 2006, P.6)

Estas entidades citadas firmam entre si os convênios na perspectiva de atender as demandas das comunidades, também já citadas.

A partir de então, cada comunidade definiu uma coordenação própria e uma coordenação municipal, sendo que estas se reúnem mensalmente para levantar e encaminhar propostas de ação. É necessário que quem participe da coordenação tenha condições de responder pelo compromisso assumido.

Para que haja um bom andamento, os coordenadores devem estar a par de todo o contexto que envolve as comunidades, devem manter um bom relacionamento com as pessoas que fazem parte deste contexto e ainda estar comprometidos com o desenvolvimento do espaço que se dispuseram a ajudar na construção. Em 2003, aconteceram as primeiras assembléias das comunidades para decidir quais ações seriam priorizadas no ano.

A metodologia do PVR constitui-se principalmente na organização e ações locais, no sentido de pensar e realizar o desenvolvimento com qualidade de vida, podendo assim facilitar e incentivar a participação coletiva dos interessados.

Uma das primeiras ações do Projeto Vida na Roça foi no sentido de resgatar e fortalecer a identidade campesina e resgatar a história das comunidades. Neste processo de ir e voltar na história, os sujeitos locais começavam a compreender melhor os caminhos que deveriam ser percorridos

para realização de seus anseios, quanto à produção, à renda, à educação escolar, ao lazer e cultura e à saúde e ao saneamento.

O Projeto Vida na Roça articula ações na área da Produção Agropecuária (produção, processamento e mercado), na área do Lazer e da Cultura, na área da Saúde e do Saneamento e na área da Educação Escolar, consideradas essenciais para a qualidade de vida e para o exercício da cidadania. (Documento interno do PVR, 2007)

O grupo articula e tem conhecimento dos meios legais de que dispunha para chegar ao poder público e conseguir que obras do interesse da comunidade sejam realizadas; sendo esta uma ação consciente, pela qual a população camponesa já não age individualmente através de um apadrinhamento ou “puxa-saquismo”, mas age através das brechas dos aparatos legais, da organização coletiva, do encaminhamento de projetos e negociação com o poder público.

A relação com o poder público se dá a partir das propostas elaboradas de forma participativa, e que tenham condições de ser geridas pela organização da comunidade. É a partir do Projeto que os sujeitos estão ampliando seus horizontes no sentido da sustentabilidade e da organização coletiva para realizarem as ações de desenvolvimento.

O diagnóstico sócio-econômico do realizado e os sonhos de cada família dá rumo e base para o planejamento dos trabalhos do Projeto Vida na Roça. É daí que são levantadas as ações para serem desenvolvidas e reivindicadas no decorrer do ano. Em assembléias comunitárias decidem-se as prioridades e a elaboração do plano de ação.

Após o este trabalho de escuta, iniciam-se, então, as atividades de discussão, estudo, planejamento, negociação, tudo com o acompanhamento da população. As entidades e governo guiam-se, no seu trabalho, pelas prioridades decididas nas comunidades.

Exemplo de ações já desenvolvidos:

- a) estudo e definição de formas ecológicas e alternativas viáveis de recuperação dos solos;
- b) reflorestamento, recuperação e proteção de nascentes de água e rios;

- c) análise da água de todas as famílias e proteção das fontes em forma de mutirão;
- d) planejamento das famílias tanto da produção para comercializar quanto para o consumo próprio;
- e) melhoria na proposta de educação da escola pública e formação dos professores;
- f) organização dos moradores e realização da coleta do lixo reciclável em todas as famílias, a cada semestre;
- g) debates e estudos com todos os pais a respeito da educação de seus filhos desde a casa até a escola;
- h) planejamento e levantamento da produção, para a compra da merenda escolar direta do produtor;
- l) viagens para conhecer propostas em outros lugares;
- j) recebimento de visitantes que queiram conhecer os trabalhos;
- k) conquista de uma patrulha agrícola para as comunidades;
- l) registro dos trabalhos para publicação (volume I);
- m) organização dos jovens em grupos de teatro;
- n) realização de eventos de incentivo a cultura, como por exemplo: intercâmbio entre grupos de teatro do campo para apresentação das peças, incentivo a música, exposição de pinturas e trabalhos escolares;
- o) estruturação e assessoria às coordenações locais do projeto;
- p) estruturação e assessoria à coordenação municipal;
- q) encontros regulares para estudo de temas de interesse;
- r) estudo quanto à alimentação, qualidade dos alimentos, formas de melhorar e modificando nossos hábitos alimentares;
- s) Ensino Médio para os jovens, voltado à Educação do Campo do Campo.

Na escola, em uma conversa feita com educadores, educandos e pais, realizou-se um diagnóstico, o qual auxiliou o planejamento de ações tendo em vista a formação dos professores e a reestruturação curricular, a partir de temas geradores que ligam a escola à vida da comunidade, sem perder de vista o estudo dos conteúdos necessários para a compreensão ampla do mundo e para o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que este trabalho realizado na escola não ficou apenas nas escolas Rural Municipal Nossa Senhora da Salette Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Colégio Estadual São Francisco do Bandeira Ensino Fundamental e Médio, as quais fazem parte do núcleo onde o PVR está em desenvolvimento, mas se estendeu a todos os núcleos escolares do campo localizados no município.

A concepção de políticas públicas que se configura no Projeto Vida na Roça propõe fortalecer a sociedade civil, ampliando a sua participação e fiscalização, o empreendimento do dinheiro arrecadado pelos cofres públicos. A população tem autonomia para organizar-se, desenvolver projetos bem como decidir onde e como quer que o dinheiro público seja aplicado.

No que diz respeito a esse novo jeito de conceber desenvolvimento para o campo, continua afirmando DUARTE:

As diretrizes acordadas para o trabalho de desenvolvimento, chamado posteriormente de projeto Vida na Roça, apontam para o fortalecimento da capacidade e da autonomia da população que, a partir de suas formas organizadas, constituíram-se no ator social chave do desenvolvimento, capaz de dar conta de suas necessidades a partir de seu esforço e da formulação de políticas para atuação do Estado na questão que lhe compete. (PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo p 13. 2002)

Até então, a relação que a população tinha com o governo era de servidão, “o que vier tá bom”, “é isso ou nada”, “não dá para contentar a todos”, “melhor não pressionar.” Enfim, a população tinha medo de enfrentar o poder público. E o único meio de conseguir alguns benefícios era através do voto, do apadrinhamento. A população estava acostumada com esse sistema a ponto de achar tudo natural e ficar esperando pela boa vontade dos políticos.

Com a implantação do PVR, as comunidades estão aprendendo a organizar-se, refletir, eleger prioridades para assim terem argumento e força para lutar por aquilo que desejam: “vida digna.”

Nas reflexões levantadas no PVR, as ações são pensadas a partir das necessidades da maioria do povo atendido e a intenção é de dignificar a vida de todos.

Faz-se oportuno elencar, do termo de convênio, a cláusula primeira – da concepção do PVR:

O Projeto Vida na Roça fundamenta-se no princípio de que o ser humano é um ser de trabalho que se constrói nas relações sociais e que, independente de seu lugar social, toma decisões, cria, transforma, e age de forma coletiva e organizadora na defesa de seus interesses.

A partir desta concepção, todas as ações realizadas nas comunidades buscam consolidar uma nova forma de organização local com autonomia respeito às diversidades. A participação das pessoas (crianças, jovens, adultos) na elaboração, execução e avaliação dos projetos, possibilita que as mesmas tenham o controle, interno e externo dos processos que constituem os projetos de vida, na perspectiva das políticas públicas.

Esta concepção de desenvolvimento busca dar conta da totalidade da existência humana, envolvendo as dimensões econômica, social, política, cultural, educacional imprescindíveis para avançar nas diferentes formas de organização e garantir a estabilidade e ampliação de direitos individuais e coletivos da população do campo. (Documento interno, Termo de convênio, 2003, p.2)

O PVR realiza esforços no sentido de democratizar o poder, descentralizar, facilitar a participação popular na construção de políticas públicas. No entanto, para que seja democrático, vários fatores influenciam, como, por exemplo: as práticas educativas existentes e a relação que mantêm com todos os segmentos da comunidade (escola, igreja, clube de mães, pastoral da criança, grupos de famílias).

2.2. DA CONCEPÇÃO A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS SUJEITOS LOCAIS

O campo é moldado pelo capital como espaço cujo único objetivo é a produção de cereais, para abastecimento do mercado. O PVR, por sua vez, quer

que o campo seja reconhecido como um espaço de construção de pessoas autônomas, esclarecidas, solidárias, da produção de alimentos, de cultura, de vida. E que estes camponeses encontrem um sentido, sintam prazer na realização de seu trabalho (produzir alimentos para garantir a vida da humanidade).

Muitas vezes, envolto na ideologia capitalista, o camponês nega suas raízes, nega o seu desejo e o prazer que sente em estar no campo. Renuncia a um projeto seu, por toda a vida, em nome do capital, do crescimento rápido. Renuncia a uma vida tranqüila, humanizada, com vínculos duradouros, e guia-se pela noção de que o tempo é curto, é preciso “correr atrás do prejuízo”, estar sempre aberto ao novo e ao moderno que o mercado tem para oferecer.

O real sentido do PVR é este: ampliar a capacidade de participação de seus envolvidos, dar poder a eles para que organicamente possam se tornar sujeitos autônomos, capazes de decidir sobre seus próprios destinos, sendo capazes de fazer uma análise de conjuntura de tudo que envolve as suas vidas, capazes de refletir, consensuar e tomar decisões, sem que nenhum político use o “seu poder” para que alguns possam ter acesso a bens e serviços que são direitos de todos.

O PVR fundamenta-se no princípio de que todo o ser humano é capaz de refletir sobre a sua vida enquanto indivíduo e enquanto sociedade e a partir destas reflexões, tornar-se capaz de estabelecer uma prática social que vise à obtenção de condições justas de trabalho, de lazer, de educação, enfim, de todos os setores que envolvam a obtenção de qualidade de vida. (PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo. 2002, p. 54)

Até então, favores eram concedidos em troca do voto. Era comum serem ouvidas das pessoas em período eleitoral as frases: “temos que aproveitar para pedir agora”; “se eu não pegar outro pega”; “eu pego, mas não voto”; “depois das eleições eles esquecem da gente”, enfim, uma série de falas que mostram como os políticos usavam os aparelhos do Estado de forma hierárquica e paternalista. E ainda demonstram qual era a visão da população em relação a isso.

A população percebia que eram beneficiados aqueles que apoiaram o candidato eleito. Os bens públicos só poderiam ser usados por quem tivesse um “padrinho”. Não era o Estado a serviço da população, mas a população, de forma desorganizada e sem muita reflexão não podendo enxergar a verdadeira função

do Estado, o qual deve ser um instrumento a serviço da população, e não o contrário.

Se estudarmos um pouco a realidade que nos cerca, o que temos não é muito otimista nesta perspectiva. As alternativas de mudanças não parecem muito claras. O século XX foi marcado por muitas revoluções e muitas promessas que no século XXI tivemos a certeza de que foram só promessas. O que os trabalhadores querem é algo concreto, algum projeto que lhes dê esperança, que lhes fortaleça como sujeitos.

O Projeto Vida na Roça, por sua vez, quando pensa em desenvolvimento, preocupa-se com tudo o que envolve a vida de seus sujeito, seja: saúde, lazer, esporte, educação, alimentação ou ainda o econômico.

Ao debater sobre desenvolvimento, desde o ano de 1995, um dos desafios enfrentados foi tecer a crítica à lógica de desenvolvimento em curso no campo. Foi assim ficando evidente que desenvolvimento não significa apenas produtividade econômica, como sempre foram enfocados, uma vez que mesmo com maior rendimento na produção, o empobrecimento continuava acontecendo para a maioria: havia uma seleção dos que se viabilizavam. Normalmente não se debatia a auto-estima tão pouco os espaços para jovens, mulheres, crianças. (PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo p. 16. 2002)

Três valores regem a nossa sociedade: individualismo – consumismo – presenteísmo (idéia de que não sabemos do futuro, por isso, temos que viver o presente). Para combater estes três pilares, precisamos repensar a lógica de produção do conhecimento, contemplando o diálogo entre os vários tipos de conhecimento.

Todos no campo preocupam-se com muitas coisas, são muitos os afazeres, entretanto, não se tem o costume de refletir sobre a prática, encontra-se dificuldade de tirar tempo para conversar, trocar idéias, falar das coisas que envolvem a vida cotidiana. As pessoas vivem fechadas no individualismo. Para o bem do capitalismo, é claro, com sua lógica de competição, de produzir o máximo.

Com o PVR, os sujeitos vão adquirindo conhecimento, vão construindo relações, aprendendo caminhos para se alcançar os objetivos que são comuns. Considerando que não se mudam as práticas “do dia para a noite”, as lideranças

compreendem que não é fácil atingir um nível de consciência que permita a uma pessoa que ao longo do tempo foi preparada para competir (pensar apenas em si mesma) passar a dar opinião, ouvir opinião, problematizar, apontar, aceitar que a necessidade do outro é mais urgente que a sua. O PVR propõe a solidariedade, a partilha e a união para a obtenção de força diante do poder público.

Este Projeto deu abertura para o diálogo entre os camponeses. Despertou-os para a consciência organizativa, permitido ir além da consciência crítica. Este é um antídoto ao pilar do individualismo. Resolver os problemas organizando-se coletivamente.

Deste modo, a relação estabelecida entre os sujeitos é de autonomia e respeito ao diferente. No planejamento, as ações são decididas em conjunto. Todas as opiniões têm igual valor e devem ser considerada por todos e todas, tenham elas vindo de um homem, mulher, criança ou idoso; a construção é coletiva e todos devem ser contemplados.

No entanto, é preciso esclarecer que a adesão ao Projeto não é de toda a população das comunidades, mas pode-se dizer que ele é aberto e acolhe a quem quiser juntar-se ao grupo. É ainda preciso ter clareza que nem mesmo com os integrantes do grupo o trabalho é fácil e os objetivos iniciais da criação do PVR são facilmente alcançados. O processo é lento, envolve organização, disciplina, estudo, dedicação e persistência, principalmente por parte das lideranças.

Visto também que é um Projeto que visa à conscientização, o construir, o fazer juntos, não obriga ninguém a aceitar o desenvolvimento sustentável, muito menos a implantar esse modelo em sua propriedade, mas aponta para os benefícios e a garantia do acesso aos bens produzidos.

Por outro lado, o Vida na Roça, por si só, não garante nada a ninguém, exige participação, cobra presença, e, aos poucos, neste estar juntos, pensar juntos, as coisas vão tomando jeito, vão ganhando forma. O olhar sobre o campo vai mudando, as pessoas vão percebendo as contradições existentes nesta relação campo/cidade ao mesmo tempo em que passam a perceber-se não mais apenas como pessoa no mundo, mas como sujeitos históricos deste mundo,

responsáveis por coisas boas que acontecem e podem vir a acontecer, ao mesmo tempo em que também são responsáveis pelas coisas ruins.

Desenvolvimento sustentável só acontece a partir do momento que se levam em conta as questões ambientais, naturais, geográficas, de solo, as culturas, os costumes, as religiões e as etnias. O desenvolvimento deve ligar campo e cidade e deve superar as relações de subordinação entre os que produzem e consomem bens e serviços. Sem isso, o desenvolvimento será somente para alguns e não para a sociedade como um todo. (DUARTE, 2003, p. 88)

Percebeu-se que é necessário um projeto de desenvolvimento para o campo que “desenvolva” a cultura, a participação, a consciência crítica, a autonomia, a soberania popular, a produção, e que não mais importante que o já dito, desenvolva também a economia. Tendo atingido todos estes pontos, aí sim, podemos dizer, é desenvolvimento.

Pondera-se, então, que o Projeto Vida na Roça é um bom espaço para o desenvolvimento, pois propicia momentos de reflexão, de levantamento de questões limites, propicia e cobra participação, organização, respeito à opinião; passos esses fundamentais para a conscientização e obtenção de autonomia.

Todos os integrantes do Projeto têm direito à participação, todos têm voz e vez e manifestam de várias formas (fala, desenho, escrita, gestos, ações) as suas opiniões, sugestões ou críticas, as quais deverão ser refletidas no grande grupo.

As reflexões acontecem de acordo com a seguinte dinâmica: assembleias das comunidades, assembleias das coordenações das comunidades e assembleias da coordenação geral.

- **Assembleias de comunidades:** são realizadas uma vez por ano, com a presença de todas as pessoas que participam do Projeto. É realizada uma avaliação do planejamento, e um replanejamento para o período seguinte. Antes deste processo a coordenação local do PVR e as entidades da Agricultura Familiar reúnem-se para refletir sobre os avanços e os limites encontrados na realização do trabalho e então, realizam, uma análise a qual orientará o planejamento no dia da assembleia.

- As coordenações de comunidades: são realizadas uma vez por mês, tendo a participação dos representantes de cada comunidade e das entidades parceiras. Cada comunidade possui coordenadores de acordo com a abrangência das ações desenvolvidas, por exemplo: um coordenador para dimensão da saúde, um para dimensão da educação, para o lazer, cultura etc. Os coordenadores participam de reuniões de formação e são encarregados de animar a comunidade no dia-a-dia.
- A coordenação geral: espaço onde se encontra os representantes das entidades conveniadas e coordenadores das comunidade. Também ocorre uma vez por mês, e é neste momento que é refletido, debatido e são encaminhadas as demandas das assembléias de comunidades. Quando as ações são combinadas, previamente refletidas, os objetivos e metas são alcançados mais facilmente.

Neste fazer conjunto, toma-se o cuidado de não substituir a responsabilidade dos governos naquilo que lhes cabe. Fortalecendo sim as condições da gestão pública das políticas e dos recursos governamentais. (Projeto Vida na Roça – Resgatando Valores, p. 30. A dinâmica organizativa do PVR)

Os coordenadores do PVR já entenderam que esta é uma tarefa desafiadora que exige boa vontade, dado ao fato de que o povo está acostumado às tradicionais formas de se conseguir as coisas (através de trocas de favores), pelas quais o resultado é imediato, sem o sacrifício da reflexão e espera até que sejam feitas as negociações e as demandas sejam atendidas.

Entende-se que é papel do Estado garantir ao povo condições de saúde, de moradia, de lazer, cultura, e dar condições para a produção. O que as coordenações e entidades conveniadas do PVR fazem é apenas organizar o povo para garantir que todos tenham acesso a estes direitos sem exclusão.

O que se busca na hora de pensar nas ações a serem desenvolvidas é priorizar o ser humano, aquilo que cada um precisa para viver com dignidade, seja no campo ou seja na cidade.

O PVR preocupa-se com a emancipação do ser, com sua libertação e humanização, tendo sempre em mente que este é um processo muito lento que exige um trabalho árduo e cuidadoso, muitas vezes tendo que abrir mão de alguns princípios para acompanhar o raciocínio e a vontade de um povo marcado pela lógica do individualismo, do consumismo e da competição.

2.3. PROJETO VIDA NA ROÇA: O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA CONTRAPOSIÇÃO DA ABSTRAÇÃO

Muitos se alimentam da idéia de que exercer a cidadania é ir votar, ter o direito de escolher entre um e outro candidato. Tendo feito isso, não há mais nada a fazer, a não ser esperar pela boa vontade dos políticos que foram eleitos.

É como se a sociedade civil, na hora de votar, já estivesse pensando: "vou votar em uma pessoa boa, para defender os meus direitos, ser o meu representante." E assim se passam os anos como se quem estivesse no poder tivesse a obrigação de saber das necessidades de cada cidadão e dar um jeito, que para esse cidadão não importa como, para resolver os problemas, não sociais, mas individuais. Bom político é aquele que tiver atendido o maior número de pedidos individuais, aquele que fez por "mim".

Quando uma administração não é boa, a única coisa que o povo faz é esperar os quatro anos de mandato acabar para então votar em outra pessoa.

No que diz respeito à gestão do poder público, Manoel Gonçalves Ferreira (1982. p 58), quando escreve sobre "A Defesa do Principio Democrático", no livro "O cidadão e o Civismo", denuncia:

(...) Aquela, salvo as exceções de regras, habituou-se a fazer do exercício de cargos e funções publicas, um meio não de servir, mas de usufruir de vantagens. Para alguns, até, a plenitude democrática vem a coincidir com a possibilidade de realizar as mais vergonhosas barganhas. E a massa do povo, sofrido e enganado, não vê no poder senão uma fonte de empregos e na participação eleitoral a possibilidade de ganhar alguma coisa em troca de um voto que não sabe bem para que serve.

Essa triste situação não decore do caráter nacional, de uma incompatibilidade ínsita entre a alma brasileira e a democracia. Resulta de uma deficiência de formação política que se soma a uma educação egoística. A educação, aqui, como em boa parte do mundo, não tem insistido se não na "luta pela vida", quer dizer visa a preparar cada individuo para vencer como um lobo solitário, ainda que em prejuízo da

comunidade. Em última instância, a regra é cada um por si e ninguém por todos. E a medida da vitória é o alto nível de consumo.

Por sua vez, o PVR como um projeto educativo, parte da idéia de participação, de reflexão, de luta, de avaliação, da construção de uma gestão democrática. Em síntese é despertar para a consciência de que na democracia não se planeja nada sozinho, ninguém decide pelo outro. O PVR deve ser um espaço para a autonomia e a soberania popular.

No entanto, sendo o capitalismo o modelo econômico vigente, até mesmo em um Projeto com os objetivos do Vida na Roça não é fácil o exercício da cidadania e da democracia, visto que estas não são práticas capitalistas. A doutrina anunciada pelo capitalismo prega o egoísmo e o consumismo, a isso se soma ainda há uma quase completa ausência de formação cívica.

Quanto a isso, acrescenta ainda Manoel Gonçalves Ferreira (1982):

Ora, esse quadro mostra claramente que a viabilidade da democracia no Brasil não depende apenas de uma Constituição democrática. Isto, sem dúvida, não é obra de um dia. Exigindo um consistente preparo cultural e vivencial da coletividade. Tal necessidade, porém, não pode ser perdida de vista. E em dois pontos principais. Um na estruturação da educação nacional, tanto na formação que as escolas ministram como na informal que os meios de comunicação de massa (normalmente a televisão) infundem. Outro no próprio estabelecimento das instituições. (P 59)

Mudar as estruturas de poder e as relações de forças políticas existentes certamente não é um processo fácil, principalmente se levarmos em conta que “a realidade constrói o sujeito.” Os sujeitos já estão acostumados com a condição de meros expectadores de suas próprias vidas. Ter alguém que decide por nós é muito mais cômodo.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a serio empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, p. 52, 1987)

A democracia e a cidadania precisam ser aprendidas pelas classes populares para que então possam compreender e lutar contra o que lhes é

imposto. Os sujeitos precisam compreender que a organização do poder social deve respeitar uma lógica ascendente, ou seja, partir da base, dos sujeitos da ação.

FREIRE, quando fala da libertação do ser humano de sua condição de oprimido, diz que ele deve, em primeiro lugar, reconhecer-se oprimido, para então reconhecer quem é o opressor.

Neste paradigma situa-se o PVR, com um trabalho de construção dos sujeitos, de fortalecimento da identidade camponesa, pois considerando a definição trazida pelo dicionário de Língua Portuguesa, identidade é “reconhecimento de que uma pessoa é ela própria e não outra”; pode se dizer que: sem identidade um povo não tem como ser consciente, não consegue reconhecer-se e não se conhecendo não consegue ser autônomo, muito menos poderá lutar por melhores condições humanas e sociais, visto que não saberá qual é esta condição.

Portanto, o PVR busca fortalecer o campesinato, ao mesmo tempo em que os sujeitos vão percebendo o campo como um espaço possível de se construir vida digna, um lugar bom para viver e conquistar soberania, uma vez que os sujeitos vão conhecendo os espaços, dominando a ciência e a política para então poderem atuar na sociedade como protagonistas.

Busca, ainda, uma classe de trabalhadores que luta por políticas públicas para concretizar as ações do Estado, não se contentando apenas com políticas fragmentadas e descontinuadas que servem mais como meio de controle, manipulação e desvio de verbas do que para melhoria da vida da população.

Como a idéia de política pública foi ideologicamente reduzida à de política governamental, o Projeto Vida na Roça, desde sua origem, tem tematizado o papel do estado e dos governos no desenvolvimento social de maneira que, a partir de projetos construídos de forma participativa, fossem criadas condições de aumento da capacidade, de protagonismo da sociedade organizada no desenvolvimento das políticas. (DUARTE, 2003, p. 73)

Considerando esta afirmação, pode-se dizer que o Vida na Roça é um projeto que objetiva ir além da afirmação de políticas públicas, mas quer que estas

sejam construídas com a participação e organizada da população e de acordo com os seus anseios e necessidades.

Gramsci, ao criar uma nova concepção de sociedade, afirma que o proletariado, pelas próprias forças, pode libertar-se, pode conquistar hegemonia moral e cultural, elevar a sua participação social sem elevar o seu nível econômico. Deixa de ser classe oprimida para ser classe participante, uma classe que desempenha papel importante na determinação dos rumos dados à sociedade.

Quando Gramsci cria esta nova concepção de sociedade hegemônica ele propõe, ainda, um caminho para atingi-la, quando reafirma a consciência de classe trabalhadora, presente na teoria marxista. Ao enfatizar a política, esta muitas vezes se reportando às experiências que teve como líder intelectual envolvido em um movimento proletário de massa, o qual veio a fracassar diante do fascismo. Foi este o fato que lhe apontou um possível caminho para a derrubada do Estado burguês, uma vez que concebia o Estado como:

“(...) todo o complexo de atividades práticas e teóricas, com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação.” (GRAMSCI, 1971, p. 244)

Com esta concepção de Estado burguês, a estratégia de Gramsci era organizar todos os trabalhadores. Todos deveriam somar-se às organizações da classe trabalhadora já existente, e ainda se necessário deveriam construir as organizações. No entanto, os alicerces destas organizações devem ser firmados em uma nova concepção de sociedade, a qual só pode ser atingida com uma nova cultura, outros valores, cunhando assim a supremacia proletária; uma vez que para ele um grupo social, por ser organizado, já conquistou hegemonia.

A idéia era cercar por todos os lados o aparelho do Estado burguês, com a hegemonia conquistada pela organização da classe trabalhadora, que aos poucos vai ganhando forças para então poder conquistar o Estado.

O Estado, quando conquistado pelo proletariado, deve ser “educador”, uma vez que já no ato da conquista teria gerado uma nova sociedade. “Toda a função

do Estado se transforma; o Estado torna-se um educador", escreve Gramsci. (p. 260)

No que diz respeito à relação de classe e às relações econômicas existentes, Gramsci inova, pois acrescenta, na idéia que prevalecia em Marx e Engels de que "a classe que tinha os meios de produção material ao seu dispor, tinha também a produção mental", criando o conceito de hegemonia, através da qual os trabalhadores poderiam conquistar o poder político sem mudar a sua força econômica.

Gramsci se deslumbrava quando percebia a força que o operário adquiriria frente a esta nova concepção de sociedade hegemônica.

Eis porque é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica. (1978, p.30)

Para a compreensão da sociedade capitalista, faz-se necessário, tanto na visão de Marx quanto na visão de Gramsci, a compreensão de "sociedade civil". No marxismo prevalece o conceito de sociedade civil como estrutura, ou seja: estabelecida através de relações econômicas. Gramsci afirma que a sociedade civil pertence a um momento superestrutural da sociedade, ou seja: a sociedade é construída através de relações estabelecidas, sejam no âmbito intelectual, cultural ou espiritual.

Podemos, para o momento, fixar dois grandes "níveis" superestruturais: o primeiro pode ser chamado de "sociedade civil", isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados "privados"; e o segundo, de "sociedade política" ou de "Estado". Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de "hegemonia", que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; e, de outro; à "denominação direta" ou ao comando, que é exercido através do Estado e do governo "jurídico". (GRAMSCI, 1971, p. 12)

Gramsci está interessado no elemento ético-político do desenvolvimento histórico. Segundo Carnoy:

"Gramsci adotou a idéia de Benedetto Croce de que o homem era o único protagonista na história: seu pensamento estimula a ação, ação ético-política concreta, que é a criação de uma nova história." (1994 p. 96)

Estes conceitos apresentados por Gramsci trazem importantes contribuições para o que venho tentando descrever do PVR, uma vez que reforçam o princípio da organização para a conquista de um novo Estado, e, nas brechas da sociedade capitalistas, construir novos referenciais. É na relação estabelecida com o outro que o ser humano se torna protagonista, autônomo, descobre a si mesmo e ao outro.

No entanto, para que melhor possamos compreender o árduo trabalho a ser desenvolvido, alguns questionamentos se fazem necessários, tais como: que práticas devem ser adotadas pelo PVR para que os sujeitos adquiram consciência de classe? Como conquistar a confiança das pessoas que fazem parte deste projeto, para que elas possam realmente ter uma participação democrática? Quanto tempo leva até que as pessoas saiam do comodismo em que se encontram e percebam que é necessário mudar as suas práticas? Como desencadear o processo que fará com que a sociedade civil passe a acreditar na possibilidade de tomada do poder e construção de um novo Estado, onde a classe hegemônica seja a classe trabalhadora? Como a escola pode contribuir nesse processo?

Nas palavras de Carnoy (1994, p. 327-328),

(...) na visão da luta de classe, o Estado pode se mover contra os interesses capitalistas, através do avanço de movimento dentro e fora do Estado, para forçá-lo a lutar contra seu papel fundamental de reprodutor das relações de classe. (...) O Estado é moldado por tais movimentos: suas funções são expandidas e ele adquire responsabilidade crescente com relação à acumulação de capital e à paz social. Entretanto, o Estado não se reformará numa direção progressista sem a pressão dos movimentos. Em outras palavras, o Estado capitalista é inerentemente baseado em classes e agirá desta maneira, a menos que seja pressionado por organizações de massa. A estratégia política correta é a de organizar o Estado, interior e exteriormente, desde a base, levando essas organizações a apoiar-se nas instituições dominantes da sociedade para reformá-las.

No contexto do Projeto Vida na Roça, fica clara a intenção de zelar por uma democracia, buscando fazer também com que o sujeito perceba a sua

responsabilidade na construção deste processo. Ruma também para a intenção de mostrar ao sujeito o Estado como a serviço do povo, e o povo fazendo parte da construção deste Estado, participando em todas as instâncias como sujeito fundamental.

No município de Dois Vizinhos, o Orçamento participativo é um dos caminhos apontados à prefeitura para democratizar o poder. Este é um método que permite aos moradores opinarem nos rumos dado ao dinheiro arrecadado pelo município.

Essa postura adotada pela prefeitura é uma grande oportunidade para que a população passe a ter controle e a fiscalizar o que acontece na gestão municipal. Ainda, torna-se possível exigir transparência, superando práticas inescrupulosas de apropriação das dos bens públicos.

Quanto à intenção de implantação de um Orçamento Participativo, é muito boa. No entanto, o problema encontrado foi em como torna-lo participativo. Como fazer com que o povo passe a refletir e opinar de maneira construtiva para que realmente se faça um Estado melhor? Neste momento, se fez necessária a presença do PVR, antes de tudo como um projeto educativo.

Pela própria metodologia usada no Projeto Vida na Roça, os sujeitos vão aprendendo e construindo novas práticas capazes de exercer a democracia e a cidadania. Passam a conceber o Estado não como inatingível, de onde emana todo o poder, mas sim um espaço onde a sociedade civil organizada tem lugar, e é desta organização que emana o poder. Sendo assim, aos poucos, práticas como o apadrinhamento, o clientelismo, ou o demagogismo abstrato vão sendo superadas.

Tanto os cidadãos quanto o Estado possuem papel fundamental na luta contra o poder autoritário. Nesse sentido, Gramsci assegura que a democracia e a hegemonia estão conectados entre si.

Hegemonia e democracia – entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de "hegemonia". No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. (1989, p. 183)

O PVR, em sua organização interna, contribui nesse processo de ajuste entre democracia representativa, consolidando assim o poder democrático. Nota-se que os participantes do Projeto Vida na Roça estão atentos à realidade financeira e orçamentária de Dois Vizinhos, estão interessados em saber onde, quando e como é aplicado o dinheiro público, em como está o andamento das obras solicitadas e em levantar novas propostas sempre que necessário.

Freire, em sua herança, inúmeras vezes deixa manifestado o seu desejo de construção de uma pedagogia que parta da realidade dos sujeitos, e que não fique apenas nisso, vá além, que firme nos sujeitos o desejo de intervir nesta realidade. Afirmava ele (1992, p.9) que precisamos “experimentar uma prática educativa em que se partindo sempre da realidade, dos interesses daqueles com quem trabalhávamos, buscávamos um processo de aquisição de conhecimentos e de instrumentos que aumentassem seu poder de intervenção sobre a realidade.”

A respeito disso, o PVR concebe a escola como um espaço gerador, onde é possível sim articular políticas públicas, fortalecendo nos sujeitos o seu poder de atuação na sociedade e conseqüentemente aumentando o seu poder político.

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (FREIRE, p. 120, 1987)

Desde o primeiro momento quando da implantação do Projeto Vida na Roça, tinha-se presente que uma das importantes dimensões a ser atingida era a da educação. E que a escola pública deveria ser incluída nos debates, o processo deveria ser recíproco. A escola vai ao PVR, ao mesmo tempo em que o PVR vem para dentro da escola.

E foi através deste debate que a Secretaria Municipal de Dois Vizinhos assumiu a Educação do Campo, não ficando apenas na Escola Nossa Senhora da Salete, mas estendendo-se a outros quatro núcleos rurais do município, sendo que a primeira ação realizada foi a formação continuada para educadores do campo.

Até então, os conteúdos que a escola repassava aos educandos eram aqueles fragmentados, mínimos, que objetivavam apenas preparar o sujeito para a entrada no mercado de trabalho ou atingir nota para passar de ano e apresentar um bom currículo. Em hipótese alguma se considerava o sujeito e sua vida no campo, pois “para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação.” (FREIRE, p. 75, 1987)

Quando o PVR entrou na escola, queria construir junto com a comunidade escolar uma educação libertadora, que prepara o sujeito para re-construir a realidade, superar os limites. Foi então que se chegou a Educação do Campo.

CAPÍTULO III

PROJETO VIDA NA ROÇA: UM TERRENO FÉRTIL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Qual o papel da educação no processo de emancipação humana? Qual a visão de mundo que estamos construindo por meio da educação? Se for o conhecimento e os valores que fazem as pessoas escolherem seus caminhos, que conhecimentos temos aprendido? Que valores temos cultivado? E o PVR, o que constrói em sua dinâmica contínua, enquanto método de gerir desenvolvimento? A dimensão de educação dentro do PVR chega à escola? E ao chegar, o que constrói? Se natureza da educação está sempre vinculada à essência do Ser Humano e atua no desenvolvimento de todas as potencialidades capazes de tornar este ser cada vez mais humano, não pode ser atribuído à educação o papel problematizador e propositor de melhores condições de vida? Estas são algumas questões que permearão o presente capítulo.

3.1. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A DIMENSÃO DE EDUCAÇÃO DENTRO DO PVR: UM BREVE RESGATE

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos de autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, p. 68, 1987)

Qualquer projeto educativo está ligado a uma concepção de educação e deve fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade. No entanto, como as políticas educacionais são financiadas e pensadas de cima para baixo, acobertam a realidade, quando na verdade deveriam estabelecer o diálogo para produzir o processo emancipatório dos sujeitos.

As políticas educacionais que regem a educação brasileira são assim construídas. O conhecimento transmitido da maneira como está posto no currículo

não dá conta dos saberes sociais e nem tem a intenção de emancipar os sujeitos, uma vez que não é isso que a lógica posta pelo capital dita.

Contra-pondo-se a este modelo de educação, algumas práticas da Educação do Campo, embora pouco contempladas nas políticas educacionais, consideram o sujeito como protagonista da ação, visto que compreendem a educação como uma das dimensões fundamentais da vida e necessária para desenvolver o projeto de vida de seus sujeitos, e a escola como um espaço privilegiado para incluir as crianças, adolescentes, os jovens e os educadores nesse processo. A Educação do Campo preocupa-se em produzir o conhecimento necessário e emancipador aos povos do campo, pois reconhece que é necessário que eles dominem tanto as ciências quanto a política, sendo dever do Estado oferecer esta educação a todos.

A Educação do Campo não é algo que acontece por acaso, mas é um processo situado em um contexto histórico. É uma luta que nasce em contraposição aos projetos neoliberais, tendo raízes nas experiências marxistas, socialistas, anarquistas e na teologia da libertação.

Representa uma educação voltada para um processo contra-hegemônico da sociedade, visto que na sociedade em que vivemos quem domina o saber é o capital. O saber popular e a ciência são apropriados por ele, bebem de sua fonte e se servem a ele.

As primeiras experiências com a Educação Básica do Campo aconteceram nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O objetivo era uma proposta de educação que desse conta da alfabetização das crianças do acampamento.

Após as primeiras discussões, em 1997, ocorreu o I ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, numa parceria da UNICEF, CNBB, MST, UnB e UNESCO. Nesta ocasião, pensou-se na realização de uma conferência nacional que colocasse em pauta a Educação do Campo. Em 1998, aconteceu a I Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”.

Um dos traços que marcam a Educação do Campo é a luta para que ela seja no e do campo. No, porque o camponês tem o direito de ser educado no

lugar onde vive. Do, porque essa educação deve estar voltada para ele, deve ter a participação do camponês, e, principalmente, deve ser levada em conta toda a sua cultura e suas necessidades.

A Educação do Campo, tendo em vista a educação como direito de todos e dever do Estado, quer assegurar que isso realmente aconteça. E mais, quer que ela seja oferecida a todos, gratuita, de qualidade, sem distinção de raça, credo ou classe social, considerando as especificidades, dentre elas, as dos povos do campo.

Têm sido feitos, no que se refere à Educação do Campo, muitos programas em vários lugares no sentido de incorporá-la nas lutas sociais e nas práticas sociais. No entanto, este é ainda o começo da luta, pois, segundo CALDART, “é preciso ter clareza de que isso não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque essa é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação”. (p. 27. Educação do Campo: identidade e políticas públicas)

No entanto, não podemos achar que no capitalismo isto será fácil: a construção de uma sociedade que cultive valores como a liberdade, fraternidade e solidariedade; sabemos que a consciência neste modelo é individualista e de exploração.

A Educação do Campo, por sua vez, desempenha o papel de libertar os sujeitos, empoderar, possibilitar aos trabalhadores a tomada de consciência, voltando um olhar para a conjuntura da sociedade onde estão inseridos, fazendo com que sejam protagonistas de suas histórias e que possam se organizar e lutar pela transformação.

Para organizar o povo, a educação não deve estar centrada apenas na escola, e a Educação do Campo é isso, vai muito além, buscando ocupar todos os espaços onde o povo se encontra e, em um processo contínuo, trabalhar na formação de consciência.

É oportuno mencionar o acontecimento da I Conferência Paranaense de Educação do Campo, a qual gestou a Articulação Paranaense “Por uma Educação do Campo”, que envolve a CPT, APEART, MST, UFPR, CUT, ASSESOAR e MAB.

No Sudoeste do Paraná, a ASSESOAR tem se esforçado para difundir a Educação do Campo; um exemplo que trago é o Projeto Vida na Roça, "terreno fértil", espaço perfeito para que a Educação do Campo possa crescer, possa "dar frutos". A Educação do Campo se assegura no PVR e o PVR se fortalece com a Educação do Campo.

O Projeto Vida na Roça fundamenta que o papel central da escola é trabalhar com as crianças, jovens e adultos as situações limites (na concepção de Paulo Freire) encontradas no diagnóstico, não podendo ficar apenas nisto, mas deve fazer o imediato viável avançar para a comunidade a sociedade. Deve contribuir ainda para a organização e elevação do patamar cultural da comunidade, deve ser instrumento do povo e para ele, deve ofertar conhecimento que vá além do senso comum.

A Educação do Campo deve contribuir para uma construção histórica de mundo, deve ser crítica, amorosa, preocupada com o ser humano e o fazer-se humano, visto que em sua própria essência possui princípios voltados para os sujeitos camponeses, para a vida social, política e cultural. Preocupa-se em formar sujeitos críticos e autônomos.

Portanto, se quisermos uma escola diferente, é necessário compreendermos a Educação do Campo como uma concepção de educação do povo, Educação Popular, politicamente comprometida com a transformação social que contribui para uma nova concepção de campo. Uma educação capaz de dar aos sujeitos elementos para a superação desta lógica de desenvolvimento posta pelo capital, possibilitando uma reflexão onde a sociedade civil passe a ser vista e se veja como controladora do Estado e o Estado a seu serviço, no sentido de garantir políticas públicas.

A Educação do Campo só acontece junto com o povo quando todos canalizam os esforços na mesma luta.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-los. (FREIRE, p. 67, 1987)

As estruturas da sociedade querem que a escola não prepare o aluno para ser crítico, autônomo, capaz de discordar e romper com a organização das classes que tanto o desumanizam, mas sim, querem alunos ordeiros, submissos, conformados com a situação.

Os educadores, muitas vezes, compactuam com esse sistema opressor, reproduzindo propostas prontas, pensadas através de um aluno “ideal”, que não fala, não pensa, não sente, mas sabe ler e escrever. Isso, trabalhado fora da realidade do educando, acaba gerando um desinteresse pela escola. As classes populares mantêm as crianças na escola por obrigação e na esperança que a escola lhe dê um futuro melhor do que o presente.

O PVR percebe a escola como um espaço onde é possível a construção, de um novo conceito de “campo”, onde todos os que moram e vivem nele podem percebê-lo, como um espaço seu, onde a função social da produção de alimentos para abastecer toda a humanidade passa ser legítimo, um espaço onde se constrói cultura, raízes, valores, onde é possível construir vida digna.

Percebe também que a escola é um espaço onde o educando constrói opinião, adquire consciência, e, aos poucos, com o amadurecimento de idéias, se tornará capaz de perceber e lutar contra esse sistema que tanto prioriza a indústria e exclui o campo.

Para reverter essa situação, é necessário que o educador veja no educando um ser humano, que tem direito a saber ler e escrever, pensar e propor, mas que para isso, precisa que o educador conheça a sua vida, a sua realidade e trabalhe a partir da mesma indo além, preocupada com o educando, sabendo o que ele precisa na concretude da sua vida.

O educador deve envolver-se num processo de busca de humanização do educando, ao mesmo tempo em que busca a sua própria humanização. Deve lutar por uma educação na qual o educando se sinta representado, sujeito de sua história, que valorize a identidade e a bagagem de conhecimento que traz para a escola, juntamente com os anseios e vontades de cada um, ajudando-os no processo de amadurecimento de idéias, concepções.

O aluno deve sair da escola sendo capaz de lutar por seus direitos, principalmente o de vida digna, recuperando a sua humanidade roubada, que em muitos casos é uma realidade, respeitando os princípios do respeito mútuo e do amor.

Nesse processo de humanização, o educador deve estar disposto a se tornar tão humano quanto quer que seu educando seja.

3.2 PVR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES: AÇÕES QUE CONVERGEM PARA O FORTALECIMENTO / CONCRETIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO CAMPO

Na LDB de 9394/96, no seu Título VI: “Dos profissionais da Educação”, há uma realidade muito significativa. O direito de aprender talvez seja uma das grandes marcas da Lei de Diretrizes e Base, e foca a questão do dever que a família e o Estado têm de colocar o aluno na escol; ao direito de aprender corresponde a obrigação de ensinar. O aspecto qualitativo da aprendizagem é possível ser alcançado com profissionais da educação que sejam dignos deste nome.

Do Art. 61 ao Art. 67 a LDB inova, valorizado a experiência pregressa e incluindo a correlação entre a teoria e a prática. Como educadores, a primeira tarefa que temos que cumprir com excelência é a de nos capacitar permanentemente. Participar de grupos de estudo, reuniões pedagógicas, palestras, encontros de formação, sem deixar de refletir sobre a prática pedagógica. Frequentar Cursos de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado.

Segundo a Secretaria de Educação do Município de Dois Vizinhos/PR, a formação dos profissionais da educação atende à resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Por isso, transcrevo alguns Artigos que julgo necessário:

Do Art. 2º, Parágrafo único: A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na

temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 4º: O projeto institucional das escolas do campo, (...) constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 8º: As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescentadas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

I – articulação entre a proposta pedagógica da instituição às Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;

IV – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Art. 10: O projeto institucional das escolas do campo, considerando o estabelecido no Artigo 14 da LDB, garantirá à gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Art. 13: Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I – estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II – propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas

contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa, nas sociedades democráticas.

Para entender a Educação do Campo é necessário compreender todo um contexto construído historicamente, que acha que a cidade é superior ao campo, desempenha função social mais importante. O rural é visto como algo que existe apenas para abastecer a cidade e que ficou parado no tempo.

Quando o campo passou a ser visto como o setor atrasado do desenvolvimento, a escola também reforçou este estigma, passou a preparar os educandos para o mercado de trabalho, para sair do campo e arrumarem um emprego na cidade. Quem permanecia no campo era tido como ignorante, despreparado, aquele que não queria nada da vida.

Na perspectiva da Educação do Campo, o educando e tudo o que está no seu entorno são elementos chave da ação educativa. O campo é visto como um espaço que possui cultura específica, onde o povo que ali vive se identifica com os elementos dessa cultura, e tudo isso deve ser valorizado e reconhecido por todos e não apenas pelos próprios camponeses.

O que deve ser considerado atrasada é aquela visão de que não é necessário estudar para se viver no campo. O camponês tem direito e deve escolarizar-se tanto quanto qualquer outro cidadão. Deve ir além do convencional, ou seja, do Ensino Médio tão exigido hoje no mercado de trabalho. Deve preparar-se para vida, como dizia o nosso querido Paulo Freire, para saber lutar pelo que é seu de direito, e não ser apenas marionete nas mãos dos poderosos, capacitados para mexer com a mente humana. E, se depois disso, o educando achar que é melhor sair do campo, sendo uma ação consciente, tem liberdade de escolha.

Para isso, é necessário que os professores/educadores, trabalhem com os saberes acumulados socialmente, contextualizando-os a partir da realidade do campo. É importante a compreensão e o reconhecimento do saber e da cultura que o homem produz em seu cotidiano.

Considerando esta realidade, a Primeira Conferência Regional de Educação do Campo, realizada no Município de Dois Vizinhos/PR, em 2001, pôs em debate uma questão fundamental: as diferenças entre as crianças da cidade e do campo; o rural e o urbano; as diferenças entre as pequenas cidades e os grandes centros urbanos e, neste sentido, as diferenças culturais existentes.

Na ocasião da Conferência, os professores se deram conta de que, mesmo criando um programa municipal de Educação do Campo, este não resolveria os problemas enfrentados pelos agricultores; por sua vez, a Educação precisaria estar inserida no processo de desenvolvimento do campo e considerar a cultura, a especificidade do trabalho do povo e a condição geral do desenvolvimento da sociedade.

Foi a partir dessa realidade que, em 2004, iniciou-se um programa de formação continuada de professores específico para educadores que atuam nos núcleos rurais do Município. A formação é feita através do acompanhamento da Secretaria de Educação às escolas, de semanas ou dias pedagógicos onde há debates e aprofundamento da metodologia do Tema Gerador, troca de experiências, planejamento e estudo da realidade.

A participação do PVR na educação se dá com êxito. Pois, o conhecimento se dá em muitas dimensões porém cabe à escola a sua sistematização, a formação dos educadores é de suma importância, pois a concretização da teoria à prática tornou-se uma prática comum dentro e fora da escola. Quanto à formação de professores a secretaria municipal de educação empenha esforços para que os professores estejam em constante aprendizado visto que o resultado se refletirá nos educandos. Nesta relação cada professor sente-se responsável pela socialização da sua prática e experiência.

O PVR é uma alternativa que os camponeses têm para obterem resultados, pois quando as conquistas são para um grupo é sempre visto com um novo olhar. (Maria Isabel A. Goltz Coordenadora da Educação do Campo na Secretaria Municipal de Dois Vizinhos)

No âmbito teórico-metodológico, a Formação Continuada é uma das principais diretrizes da Educação do Campo, aproximando aos princípios do Projeto Vida na Roça, pois ambos, Educação do Campo e PVR, lutam pela transformação social do campo e concebem a educação não como salvadora, solução para todos os problemas, mas como um aporte entre o sujeito e a sua emancipação. O PVR defende que a educação seja ofertada no local onde se

vive e que esta seja pensada a partir deste lugar, vinculada à cultura e às necessidades destes sujeitos. (Educação do, e no Campo)

Diante da realidade e da urgência sempre crescente de que os professores devam permanecer em constante formação, é importante que eles reflitam sobre a sua prática. Tal reflexão se faz significativa no dia-a-dia, após cada aula, principalmente em aspectos que desafiam o educador no processo ensino-aprendizagem.

Toda práxis pedagógica requer um método concreto, dialógico e comprometedor. Concreto porque deve partir da realidade e não pode ocorrer no vazio. Cada aqui e agora, cada situação concreta, cada ação vivida, tem que ser o ponto e o sustentáculo do “momento” da práxis.

Agora, ser educador do campo é ser um educador do povo; é conhecer o povo com quem se vai trabalhar, ver sua realidade histórica, seus sujeitos; ver a educação como ação para a formação e o desenvolvimento humano; é participar da vida, das lutas sociais do povo; lutar por políticas públicas que afirmem o direito do povo do campo à educação; provocar o debate sobre educação entre os diversos sujeitos do campo; aprender e ajudar no cultivo da pedagogia do cuidado com a terra; conhecer e compreender a luta dos movimentos sociais que formam os novos sujeitos do campo; ocupar-se da escola como um lugar de formação; deixar-se educar pelos sujeitos do campo e pelo processo de sua formação.

Especificamente no que diz respeito aos educadores do campo do Município de Dois Vizinhos, eles estão tendo a oportunidade de repensar a sua formação. Através dos estudos e reflexões, há a tomada de conhecimento da realidade, a fim de resignificar o fazer pedagógico, organizar práticas de intervenção e reconstruir seus projetos pedagógicos e planos de aula, através da metodologia do Tema Gerador.

O trabalho secretaria e PVR foi muito positivo, pois foi a partir da implantação Projeto em Dois Vizinhos que passamos a ter um novo olhar sobre as escolas do campo, surgindo também uma nova metodologia de trabalho a princípio no Núcleo Rural Nossa Senhora da Salete e depois expandido para os demais núcleos rurais do município. Hoje a proposta de trabalho envolve os temas geradores, e os professores recebem formação específica voltada para a realidade do campo. O grande limite para

a realização desse trabalho é o fato de não ser política pública. (Rosangela Bueno, Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Dois Vizinhos)

Desde quando o PVR foi implantado no município e o trabalho com a Educação do Campo passou a ser difundido pela Secretaria de Educação, a preocupação que se tem é o fato desse trabalho não ter garantia, não ser política pública. Lembrando que esta preocupação não é da Secretaria ou Prefeitura, mas sim dos sujeitos do PVR.

A princípio, a ASSESOAR orientou e acompanhou nos trabalhos desenvolvidos nas escolas, tanto na formação de professores quanto nos trabalhos realizados com as famílias, realização de diagnósticos e sistematização das falas significativas. Conversando com um educador da escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete a respeito das mudanças ocorridas na escola após a implantação do PVR, ele afirmava do quão positivo essa parceria foi, o quanto fortaleceu a relação entre a escola e a comunidade:

Acho que é na escola que as mudanças são mais visíveis pelo menos no que diz respeito aos conteúdos. A partir do momento que passa a discutir as coisa do campo. Os pais vêm para a escola discutir debater sobre a aprendizagem dos filhos, sobre o que esperam, o que querem que os filhos aprendam. As crianças falam conversam escrevem sobre as coisas que fazem parte de suas vidas. Isso é interessante para elas. Os professores estão de maneira geral tentando mudar suas praticas. (Silvio V. Pelentir educador e parte da coordenação do PVR)

A mudança na prática pedagógica permitiu abrir a escola para a comunidade na medida em que estabeleceu o debate sobre a realidade do campo, quando começou a falar das coisas que dizem respeito à vida dos camponeses. Os educadores estão mais comprometidos, ao mesmo tempo em que também estão compreendendo melhor a importância do trabalho que realizam.

Enquanto educadores estão aprendendo a se valorizar, ajudam os educandos a dar valor a si mesmos e ao que fazem, ao seu mundo e às suas práticas cotidianas.

3.3 REFLEXÕES A CERCA DO TRABALHO DESENVOLVIDO COM TEMA GERADOR NA PERSPECTIVA FREIREANA

A metodologia do Tema Gerador é vida e por ser vida é ação e é na ação pedagógica que os saberes são concretizados, são apropriados e transformados através das relações, da linguagem, do estudo, das atividades realizadas nos diferentes momentos da vida das pessoas.

O Tema Gerador deve refletir os anseios, os desejos, os sonhos, as dificuldades, as aspirações da comunidade onde vai se desenvolver o processo educativo; deve fazer parte da vida das pessoas. No entanto, não podemos aceitar que o objetivo do Tema Gerador seja distorcido, uma vez que casos como estes acontecem:

Colocar toda uma escola para trabalhar um mês ou mais sobre um tema como "a vaca" apenas porque se pode ensinar muitas coisas através dele, é fazer uma montanha parir um rato, mesmo que se conheça pouco dos objetivos da educação. Casos como este, entretanto, chegam a existir. (PISTRAK, 2000, p. 107)

Os Temas Geradores são "gerados" através do trabalho coletivo, coletando as "falas significativas" dos estudantes, dos professores, dos pais e da comunidade, permitindo a problematização e o estudo da vida cotidiana, na escola. Quanto à análise das "falas" dos alunos no cotidiano, Paulo Freire diz:

(...) eu pesquiso as palavras e escritas dos estudantes para saber o que eles sabem, o que eles querem e como eles vivem. Suas falas e textos são um acesso privilegiado às suas consciências. Examino as palavras e os temas que são mais importantes para eles, pois assim terei materiais da realidade para estudos de classe. (...)

Os temas da realidade sobre os quais nos debruçávamos estavam saturados de questionamento crítico, ao ponto de entrarmos e sairmos da vida cotidiana ao mesmo tempo, estudando o comum com atenção incomum. Em nossas discussões, ouvia algumas palavras e frases que não entendia. Algumas vezes eu dizia frases que os estudantes não entendiam. Então, interrompia a conversa para pedir que me explicassem sua linguagem ou para explicar o que estava dizendo. Isso ajudava a criar um terreno lingüístico comum. (FREIRE, 1996, p. 41)

Pedagogicamente, o Tema Gerador pode ser considerado como interface entre conhecimento e saberes; epistemologicamente, é o ponto de partida para a organização dialógica da programação.

Quando a Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete e o PVR, estabeleceram parceria e passaram a pensar em uma educação que desse conta da sistematização do saber popular ao mesmo tempo em que possibilitasse o alcance da soberania, surgiram então questões: como trazer o povo para escola? O que fazer para que todos socializassem suas idéias? Qual o caminho para se atingir o pensamento do povo? Como trabalhar as diversas realidades que a conjuntura nos traz?

Foi então que os educadores do campo do município de Dois Vizinhos, para tornar as aulas mais significativas e atraentes, na medida em que mexem com os anseios e trabalham de acordo com a realidade dos educandos passam a utilizar a metodologia do Tema Gerador.

Para que haja a compreensão e a tomada de consciência acerca da realidade exposta em idéias, é necessário um trabalho de investigação realizado junto à comunidade escolar para a apreensão da temática significativa. Pois, para que essa educação “libertadora” possa acontecer, é necessário que se trabalhe usando uma metodologia também dialógica que não contradiga os objetivos da educação.

O Tema Gerador é uma re-criação do Educador Paulo Freire. Entre seu legado, fundamenta o trabalho com os temas geradores da “Pedagogia do Oprimido” (1969), de forma mais sistematizada do que havia feito em “Educação como prática da liberdade” (1965). Trabalhar com o tema gerador é basicamente promover o envolvimento da coletividade em torno do ato de investigar a realidade e identificar nela um núcleo de contradições, problemas ou necessidades vivenciadas pelo povo, as “situações-limites”.

Os temas se encontram, em última análise, de um lado, envolvidos, de outro, envolvendo as “situações-limites”, enquanto as tarefas que eles implicam, quando cumpridas, constituem os “atos-limites” ao quais nos referimos. (FREIRE, 1996, p.93)

No entanto, o Tema Gerador trabalha para a superação destas situações-limites. Assim, a escola passa a articular o trabalho pedagógico de forma dialógica em torno da referida temática, em busca da sua superação.

Diz Freire:

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhes exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (p.86)

Para Freire, é necessário que o povo conheça a realidade, pense, problematize, vá além, buscando soluções para revertê-la sempre que se fizer necessário. Este é o esforço que precisamos realizar, pois o ser humano não pode acomodar-se, adaptar-se com aquilo que lhes desumaniza, aquilo que parece ser limite. Isto exige uma metodologia cuja análise crítica possibilita reconhecer a interação das partes.

A questão fundamental, neste caso, está em que faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não conhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não podem porque, para conhecê-la seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter uma visão de totalidade do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja visão voltaria com mais clareza à totalidade analisada (p. 96).

Quando o sujeito percebe a realidade e a compreende, compreende também que ele é sujeito desta realidade, está inserido nela. Percebe que esta realidade já não é esmagadora e é possível a ele atuar sobre ela (realidade).

Neste sentido é que a investigação do Tema Gerador, que se encontra contido no "universo temático mínimo" (os Temas Geradores em interação), se realizado por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem o seu mundo. (FREIRE, 1996, p. 97)

Desta forma, é através desta metodologia a princípio desenvolvida na Escola Nossa Senhora da Salette e logo mais estendida aos demais núcleos do campo do município que as escola vem tentando trabalhar os saberes populares, para que juntos, educadores, educandos e comunidade possam encontrar-se,

questionarem-se e atuarem sobre a realidade. Não mais de maneira passiva, mas com criticidade e consciência para mudá-la, humanizar a realidade, ser sujeito, ter poder, ser protagonista da história e do tempo.

Esta metodologia fez com os sujeitos passassem a pensar e questionar algumas coisas que pareciam comuns e passavam despercebidas em suas vidas. Pelo fato de já terem acostumado-se a elas, da maneira como ao longo do tempo foi estipulado e que poderiam ser diferentes, outras soluções, outras ações poderiam ser mais justas que as então estabelecidas.

Ora, se todos comem, por que todos não podem lavar a louça? Se todos comem salada, porque então todos não podem cultivar a horta, capinar a terra, etc.? Então podemos ir repensando todos os valores e atitudes que construímos em nossas famílias estendendo-se na reflexão da escola e do grupo de pais. (PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo 2002, p 28.)

Qual é o jeito mais comum de educar os filhos na agricultura familiar? O que sustenta (fundamenta) nosso jeito de ser e de educar? O que valorizamos? No que acreditamos? Esses fundamentos e valores surgiram de onde? (PROJETO VIDA NA ROÇA VOLUME III Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo, 2002, p. 21)

A pesquisa, a busca do Tema Gerador trouxe a comunidade para a escola, todos ficam sabendo o que as crianças estão aprendendo na escola, todos participam são sujeitos desse apreender.

Gosto de estudar aqui, a gente faz amigos e aprende a respeitar os outros, gosto da escola aqui na comunidade que eu moro, aqui aprendo coisas da minha vida, das pessoas que eu conheço. Se eu tivesse que estudar na cidade ia ter que aprender coisas diferentes. (Leonilda Maciel de Andrade Lucano, 10 anos, 4ª serie, Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete, 2007)

É fácil perceber o interesse que os educandos apresentam pelo campo, pela escola do campo, e o desejo de que esta escola permaneça onde está sendo mediatizadora entre os sujeitos do campo e a realidade.

Para os educadores essa metodologia representou o rompimento com os conteúdos programáticos, desconectados da realidade. Proporcionou uma mudança radical, onde para entendê-la foi necessário que mudassem a si próprios, mudassem os seus comportamentos, e as relações que estabeleciam

com o mundo. Representa, também, a mudança de comportamento nas relações que mantidas com os outros, saber ser, reconhecer-se “ensinante e aprendente”, compreender as individualidades, valorizar e saber trabalhar com as diferenças.

No momento em que estes a percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos em sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o imediato viável como algo definido, a cuja concretização se dirigira sua ação. (FREIRE, 1996, p 94)

É através do Tema Gerador que os sujeitos da ação pedagógica, estão aprendendo a “ler tanto o mundo quanto a palavra”. Não estar mais alienado, tornar-se sujeito, sujeito de direitos, capaz de lutar e romper as estruturas que burlam estes direitos, que são seus e são justos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Vida na Roça representa ao povo camponês, um repensar da vida no campo. Uma mudança no comportamento, nas práticas e nas relações com os outros. Uma reflexão sobre a cooperação e organização local para conquistar sonhos e direitos e também para cumprir deveres. Neste contexto, podemos perceber o quanto esse projeto vem contribuindo para elevar a capacidade organizativa e participativa da população local em todos os momentos e espaços. Clareou novos horizontes, novas saídas foram apontadas, mudou a concepção de campo que os sujeitos tinham. Os próprios sujeitos estão buscando alternativas para a sustentabilidade no campo, mudaram as práticas, os cuidados com o ambiente.

As várias dimensões da vida estão sendo compreendidas como parte de um todo, interligadas a ponto de uma não ser mais importante do que a outra na hora de priorizar o desenvolvimento. Ou seja, ao debater desenvolvimento, a dimensão do econômico não é mais importante que a da educação, da saúde ou do lazer, mas, todas devem ser pensadas e priorizadas para que o desenvolvimento seja do sujeito e não do capital.

Embora devamos considerar que romper com esta proposta de desenvolvimento, que ao longo dos anos vem sendo desenvolvida, estimulada e praticada pelo modelo capitalista não seja uma tarefa fácil, pois desconstruir e reconstruir o já elaborado exige muita reflexão, conscientização e, acima de tudo, coragem para que não fique no ativismo e na “discursera”, na utopia, e sim se torne prática.

A partir destas considerações, percebe-se que o Projeto Vida na Roça compreende que a Educação do Campo (que é mais ampla que a escola do campo) tem como um dos seus principais objetivos mobilizar o povo e suas organizações para a construção da própria política pública da escola do/no campo, ou seja, garantir o direito do povo ter escola no lugar onde vive, pensada e desenvolvida a partir deste lugar.

Assim, pensar a Educação do Campo é pensar também um novo conceito de campo na perspectiva de um espaço de sujeitos; sujeitos de direitos, que projetam o espaço onde estão inseridos, dialogam e transformam este lugar, considerando as necessidades existenciais do ser humano.

Neste sentido, o Vida na Roça constitui-se num aprendizado em que os próprios sujeitos constroem o desenvolvimento integrando as diversas dimensões, cuja educação torna-se um instrumento a mais nesta dinâmica.

A experiência do PVR e a prática da Educação do Campo vêm permitindo o fortalecimento da capacidade organizativa da população do campo e suas comunidades, uma vez que, coletivamente, torna-se possível compreender a situação em que vivem no contexto da sociedade, identificando os principais desafios, estabelecendo as prioridades de ação, negociando os aportes das políticas públicas e contribuindo de forma permanente nos rumos e na gestão de seus projetos de vida.

A Educação do Campo é um elemento de ligação entre o conhecimento e os sujeitos, pois através da prática escolar, verificamos uma crescente valorização da identidade cultural camponesa, seja nos temas geradores ou nas falas significativas das famílias.

Considerando que a mudança social não é fruto somente da escola, a Educação do Campo comprometida com a transformação não pode reduzir o debate às questões da própria escola, precisa envolver-se nas discussões do projeto de campo. Para isso, é preciso que esteja assegurada a construção coletiva, o fortalecimento da organização popular e a produção do conhecimento crítico, que se torna capaz de enraizar sem necessariamente “fixar” as pessoas no contexto do campo, porém dando condições de escolha, resgatando a identidade e dialogando com todos os que estiverem dispostos a lutar pela reconstrução do campo.

A experiência do trabalho com os temas geradores como suporte teórico-metodológico vem despontando como uma ferramenta capaz de, na coletividade, fazer o estudo da realidade, problematizar, e assim trazer esta realidade para

dentro da escola, articulando todo o aprendizado, tirando o ensino da abstração incorporando a voz do educando, o olhar da comunidade e a reflexão conjunta.

No âmbito teórico-metodológico, a Formação Continuada dos educadores do campo é uma das principais diretrizes desta dimensão, cujo objetivo é articular a reconstrução do currículo escolar na transformação das condições sociais do campo e o direito à educação ser pensada a partir deste lugar, vinculada às necessidades e à cultura destes sujeitos.

Percebemos, ainda, a formação continuada como um espaço-tempo sistemático de educação, que tem permitido voltar um olhar investigativo, problematizador sobre o fazer pedagógico. Um processo enraizado no contexto concreto, caracterizado pela formação coletiva dos educadores, tendo como referência o “método da práxis”, fundamentado na reflexão, registro e sistematização da prática, à luz de contribuições teóricas. Conforme Benincá e Caimi (2002, p. 104),

O método da práxis, porém, não se constrói ao longo do trabalho; ele é o coração de uma teoria. Não é o método, mas a prática pedagógica que se explicita e passa a ser compreendida ao longo do processo de investigação. [...] Diferentemente de um curso de atualização, que oferece conhecimentos já construídos e que rapidamente podem ser superados, o método da práxis mantém o investigador sempre em ação, já que trabalha com uma realidade sempre nova. A prática do professor, por isso, é uma fonte permanente de geração de conhecimentos. [...] Trata-se de um processo metódico de observação da prática, esta registrada e refletida de forma sistemática.

Assim, a escola pública do campo torna-se um espaço aberto para a comunidade, onde a participação de todos é de fundamental importância na organização dos trabalhos, e na integração escola/comunidade. A troca de experiências e a orientação recebidas das entidades e organizações populares torna-se um instrumento a mais na compreensão e articulação do contexto do campo. Nesta relação estabelecida, é possível a apropriação do conhecimento e a partir deste movimento dialético articula-se a prática social ao currículo da escola.

Por isso, pode se dizer que é Educação do Campo, pois todos participam, a escola torna-se um espaço aberto para a comunidade. Todos podem discutir e garantir uma produção de conhecimento voltada para a vida a “vida dos camponeses.”

Garantir a escola do campo nesta concepção “implica conscientização e ação”, entendidas como o esforço dos povos do campo em retomar seu destino histórico, a produção de suas vidas e a cultura em suas próprias mãos. Significa combinar trabalho, cultura e organização coletiva, na perspectiva da luta por melhores dias.

Por fim, vale considerar que as conquistas na Educação Pública do Campo, no município de Dois Vizinhos, são frutos da luta das lideranças da Agricultura Familiar, da Assesoar e de alguns camponeses (articulação do PVR), e não da iniciativa do Poder Público, mas este propicia a participação e encaminhamentos das reivindicações feitas pela população.

REFERÊNCIAS

Agroindústria Associativa / Familiar: organização Valdir Duarte; Serinei C. Grigolo. Francisco Beltrão: ADMR, 2006.

ALVES, Rubem. *A escola com que sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas: Papirus, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIHAIN, Neiva Maria. *O tema gerador como uma possibilidade de repensar a escola*. In: Articulação paranaense: Por uma educação do campo, (Temáticas abordadas na II conferência estadual), caderno 2, 2000.

CAMBOTA, História e Memória 1957 a 2007. Ed. nº. 259 Francisco Beltrão. 2007)

Convênio para ações de desenvolvimento para o campo do município de Dois Vizinhos – Pr, Documento interno PROJETO VIDA NA ROÇA. , 23 de julho de 2003

DAMBROS Vanderlei; ZANELLA José L; LENOCH Marta W; RAFAGNIN Justino. *Revolta dos Colonos: de Olho no Passado e Pés no Futuro*. Ed. GRAFIT Gráfica e Editora LTDA. Francisco Beltrão. 1997.

DUARTE, Valdir. *Casas familiares rurais e educação do campo*. In: Educação e desenvolvimento – 1ª Conferência regional de educação do campo do sudoeste do Paraná, nº 1, novembro, 2002.

_____. *Escola públicas do campo: Problemática e perspectiva: uma estudo a partir do Projeto Vida na Roça*. ASSESOAR, Francisco Beltrão, PR: 2003.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá, Norma 1998.

FERREIRA, Manoel Gonçalves. *A Defesa do Princípio Democrático*. In: O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades colaboradores Adonias Filho... [et al.]; introdução de Ruy Vieira da Cunha. – São Paulo: IBRASA ; [Rio de Janeiro]; Comissão Nacional de Moral e Civismo; [Brasília]: INL, Função Nacional Pró-Memória, 1982.

FREIRE, Paulo. *Ira, medo e ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 16ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GORGEM, Frei Sergio Antonio (ofm). *Os novos desafios da agricultura camponesa*. 2ª ed. 2004,

GUTIÉRREZ, F. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988.

KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete (orgs). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação do campo – Coleção: Por uma educação do campo, nº 4, 2002.

KEIHT Thomas. “O predomínio Humano” e o “O dilema Humano”. Caps I e VI de O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAZIER Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. Setor de Editoração da Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 1986.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN. 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 17 ed. Rio de Janeiro.: Civilização Brasileira, 1999

CARNOY, Martins. Estado e Teoria e Política. 4 ed. Campinas, SP. Papyrus, 1994.

GRAMSCI. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ANEXOS

Roteiros de Entrevistas:

Rosângela; coordenadora da Educação do Campo da Secretaria de Educação do Município de Dois Vizinhos:

Como você avalia a participação do PVR na educação o qual fez a opção de trabalhar com a formação de professores? Em que o PVR e a Educação do Campo contribuíram nisso? A opção de trabalhar com a formação de professores foi o mais acertado? O que acha do PVR ara o desenvolvimento do município?

A participação do PVR na educação se da com êxito, o conhecimento se da em muitas dimensões porem cabe a escola a sua sistematização, a formação dos educadores é de suma importância, pois a concretização da teoria a pratica tornou-se uma pratica comum dentro e fora da escola.

Quanto à formação de professores a secretaria municipal de educação empenha esforços para que os professores estejam em constante aprendizado, pois o resultado se refletirá nos educandos. Nesta relação cada professor sente-se responsável pela socialização da sua pratica e experiência.

O PVR é uma alternativa que os camponeses têm para obterem resultados, pois quando as conquistas são para um grupo é sempre visto com um novo olhar. (Maria Isabel) Coordenadora da Educação do Campo

Rosângela: chefe de ensino da Secretaria de Educação do Município de Dois Vizinhos:

O que acha do trabalho da Secretaria de Educação (é possível) no envolvimento que teve com o PVR e a Ed. Do Campo? Houve mudanças antes e depois do processo de formação de professores. Que limites que possibilidades existem da continuidade deste trabalho?

O trabalho secretaria e PVR foi muito positivo, pois foi a partir da implantação Projeto em Dois Vizinhos que passamos a ter um novo olhar

sobre as escolas do campo, surgindo também uma nova metodologia de trabalho a princípio no Núcleo Rural Nossa Senhora da Salete e depois expandido para os demais núcleos rurais do município. Hoje a proposta de trabalho envolve os temas geradores, e os professores recebem formação específica voltada para a realidade do campo. O grande limite para a realização desse trabalho é o fato de não ser política pública. Rosangela

SILVIO (parte da coordenação local, e também envolvido no processo de formação de coordenação para o PVR):

O PVR tem permitido mudanças no trabalho da escola? A prática pedagógica tem se diferenciado? Em que? Tem permitido abrir a escola para a comunidade? Trazer para a escola o debate da realidade do campo? As crianças estão mais participativas, falando mais do seu mundo (campo)? Os educadores estão mais comprometidos?

Acho que é na escola que as mudanças são mais visíveis pelo menos no que diz respeito aos conteúdos. A partir do momento que passa a discutir a coisa do campo. Os pais vêm para a escola discutir debater sobre a aprendizagem dos filhos, sobre o que eles esperam, o que querem que os filhos aprendam. As crianças falam conversam escrevem sobre as coisas que fazem parte de suas vidas. Isso é interessante para elas. Os professores estão de maneira geral tentando mudar suas práticas.

Estudantes: crianças

Como vocês vêem a escola? Gostam de estar na escola? O que tem de bom? O que não é bom? É bom a escola estar aqui no lugar onde vocês moram? As coisas, a realidade o mundo de vocês e debatido na escola? Dêem um exemplo?

Jaine 07 anos, primeira série, a escola é um lugar bom para mim estudar e aprender ler, gosto de estar na escola e brincar com as meninas. Só não gosto quando tem amigos que brigam e quando tem muito trabalho, é bom a escola estar perto da nossa casa.

Mateus 07anos, um lugar para mim aprender na escola é bom tem merenda boa e a gente aprende um monte é ruim quando a gente não aprende.

Leonilda 10 anos, 4ª série, gosto de estudar aqui, a gente faz amigos e aprende a respeitar os outros, gosto da escola aqui na comunidade que eu moro, aqui aprendo coisas da minha vida, das pessoas que eu conheço. Se eu tivesse que estudar na cidade ia ter que aprender coisas diferentes.

Dono de aviário:

Porque vocês fizeram a opção de implementar um aviário? Que mudanças trouxe para a vida da família? Se tivesse outra alternativa teria entrado nas integradoras? O que significa para o contexto do campo econômico cultural, que mudanças tiveram em suas vidas a partir da implantação do aviário?

Fizemos a opção na fé de que daria lucro. Com o aviário a família não tem liberdade, a maior parte do tempo passa no aviário. Na época, tínhamos a esperança de mudar de vida, ter uma boa renda, mas, agora, com a experiência que temos, não entraríamos na ilusão de ter aviário. E hoje mesmo querendo sair não conseguimos por causa dos investimentos feitos.
Nelci Sguissardi 24/09/07

Queríamos ter uma renda maior. Nos primeiros tempos até deu lucro, mas hoje só da para manter, cada dia que passa a Sadia quer que a gente invista mais. Se alguém tivesse me aberto os olhos não teria entrado nessa. Tem horário pra tudo, a sadia quer que a gente invista mais nos frangos do que na família. Nelson Devens 24/09/2007